



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
 RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA
 MARABÁ



Justificar: Como é feito o controle/cobrança? PREJUDICADO		
14 PETIÇÕES:		
16.1 BENEFÍCIOS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: Somente 01 pedido de livramento condicional.		
16.2 GUIAS DE EXECUÇÃO PENDENTES DE AUTUAÇÃO: 134 PROCESSOS RECEBIDOS E AINDA PENDENTE DE AUTUAÇÃO		
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: Prejudicado		
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: SIM.		
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: NÃO.		
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: NÃO		
15 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA		
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: NÃO.		
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: SIM. 331 voltaram do gabinete falta fazer a triagem .		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: Não há		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: Não há		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: Não há		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA (ATÉ A VÉSPERA DA CORREIÇÃO):		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
Rui	01	
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? () Sim (X) Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança?		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	70	28/04/2017
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	9	31/01/2017
17.7.3 ADVOGADO	2	17/03/2017
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? (x) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Extraí do Relatório do libra e verifica os processos com cargas a mais de 100 dias.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA
MARABÁ

16 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? () Sim () Não Justificar: PREJUDICADO		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? () Sim () Não Justificar: PREJUDICADO		
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? () Sim () Não Justificar: PREJUDICADO		
18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
PREJUDICADO		
PREJUDICADO		
18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? () Sim () Não Justificar: PREJUDICADO		
18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)? () Sim () Não Justificar: PREJUDICADO		
17 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:		
A) A Secretaria encontra dificuldades relacionadas à atuação de novas guias de recolhimento provisórias e definitivas, pois além das guias eletrônicas recebidas via sistema libra, a qual ainda demanda de cadastramento, tal qual o realizado pela distribuição, para então cadastrado no SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificado), recebe também guias por meio físico oriunda da distribuição, sendo gravado com a exoneração desde 08/05/2013 da servidora Delaine Moura da Silva, matrícula 110442 (portaria 1979/2013), e que até a presente data não foi lotado nenhum servidor para assumir a vaga nesta secretaria, portanto, é necessário que seja lotado de imediato, pelo menos, 01 Auxiliar Judiciário para suprir a vacância da vaga da servidora exonerada.		
B) QUANTO A ORGANIZAÇÃO CARTORÁRIA, A SERVENTIA ADOTA A METODOLOGIA DO "PROJETO EFICIÊNCIA" DO CNJ, PROJETO ESTE QUE O DIRETOR DE SECRETARIA PARTICIPOU COMO CONVOCADO PELA EQUIPE DO DMF/CNJ, PARA IMPLEMENTAR TAL MODELO METODOLÓGICO EM DIVERSAS VARAS DE EXECUÇÃO PENAL DOS TRIBUNAIS ESTADUAIS, TAIS COMO, VARA DE EXECUÇÃO PENAL DE FOZ DO IGUAÇU/PR, VARA DE EXECUÇÃO PENAL DE SÃO PAULO/SP, 1ª E 2ª VARA DE EXECUÇÃO PENAL DE RECIFE E VARA DE EXECUÇÃO Penal de Caruarú, ambas em Pernambuco, Vara de Execução Penal de Porto Velho/RO, além de participação nos mutirões carcerários de São Paulo/SP e Belém/PA. A metodologia se utiliza de escaninhos calendários		



para controle de prazos. onde os processos com respectivo cálculo de liquidação de pena atualizado são separados em escaninhos com o mês em que o apenado alcançará o lapso temporal para benefícios de progressão de regime e livramento condicional, além do controle feito através de banco de dados, o qual se encontra armazenada as datas de benefícios, sendo feita através de filtros no sistema informatizada o período solicitado, como por exemplo, os apenados que alcançarão lapso para benefício nos próximos três meses, ou mesmo relação de apenados que por ventura estejam com datas vencidas para benefícios, etc. organização das estações de trabalho em formato de ilhas de trabalho, e etc. o cumprimento de despachos são cumpridos de acordo com a ordem cronológica da decisão/despacho, respeitando-se os casos prioritários como apenados cumprindo pena em regime fechado ou semiaberto e ainda situações de prisão domiciliar para tratamento de saúde, transferência de comarca, liberação de pecúlio, audiência designada.

- C) As audiências coletivas ou concentradas são realizadas semanalmente, com a análise dos processos em que o apenado implemente lapso temporal para progressão de regime, livramento condicional, trabalho externo ou saída temporária, oportunidade em que, em audiência, o Ministério Público se manifesta sobre o benefício, em seguida o magistrado decide.
- D) O setor de Cálculo de Liquidação de Penas, apesar de ser um setor da execução penal funcionando em ambiente externo à Secretaria, vinculado diretamente ao magistrado, possui em seu quadro de servidores apenas um Analista Judiciário.
- E) Um dos principais pontos negativos são relacionados à Internet, pois a demanda por utilização dos diversos sistemas e aplicativos do TJ ou que dependem da rede são inviabilizados quando da lentidão da internet, principalmente o SEEU.
- F) Tanto a Secretaria como o Setor de Cálculo de Liquidação de Pena, são responsáveis por alimentar o Banco de Dados, que possui na sua essência a capacidade de armazenar informações e gerar relatórios de datas diversas de implementação de prazos para benefícios, para término de pena, para lapso de prescrição pela pretensão executória (Validade do Mandado de Recaptura), regime atual de cumprimento de pena, etc, necessário para Inspeção carcerária realizada pelo juízo.

18 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:

- a) Mutirões internos são realizados para autuação de guias de recolhimentos pendente de autuação;
- b) As inspeções carcerárias são realizadas mensalmente sendo semanalmente realizadas audiência coletivas para análise de benefícios no fórum ou eventualmente no próprio estabelecimento prisional.
- c) Problemas estruturais e relacionados à segurança nas casas penais vinculados à unidade judiciária são detectados com frequência, tanto em relação à entrada



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA
MARABÁ

de produtos proibidos no interior dos presídios, quanto pelo número de fugas computadas, sobretudo do regime semiaberto. Some-se a isso a deficiência de segurança externa, realizada pela polícia militar, o que por diversas vezes deixa as guaritas que circundam os presídios sem nenhum policial. Por fim, cumpre destacar que os muros do semiaberto não permitem qualquer vigilância, pois o galpão não possui grades e os internos saem e retornam a qualquer momento do estabelecimento prisional. É certo ainda que, embora este juízo venha realizando a correição na forma devida, tal problema depende de solução do poder executivo, sobretudo conferindo reforma e melhor estrutura ao local, o que em nenhum momento foi feito, apesar de expedientes desta unidade jurisdicional direcionados aos órgãos responsáveis.

- d) O número crescente do acervo processual da vara, se dá em face de processos de execução penal somente serem arquivados quando do término do cumprimento de pena, o qual acarreta cada vez mais um aumento na taxa de congestionamento da vara.

Com a interdição do presídio de redenção, aumentou consideravelmente a demanda de processos de presos na vara, pois além das 10 comarcas atendidas tradicionalmente pela vep marabá, acrescentaram-se as comarcas de redenção, conceição do Araguaia, Santana do Araguaia, rio maria, Xinguara, Ourilândia do norte, são Félix do Xingu, dom Eliseu, Ulianópolis e Tailândia, e ainda com a criação de novas varas criminais em Parauapebas, Rondon do Pará, Canaã dos Carajás e eldorado dos Carajás, e por fim criação de mais um juizado especial criminal em marabá.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Comarcas Abrangidas pela Vara de Execução Penal de Marabá:

1. Jacundá;
2. São Geraldo do Araguaia;
3. São Domingos do Araguaia;
4. São João do Araguaia;
5. Rondon do Pará;
6. Curionópolis
7. Parauapebas;
8. Canaã dos Carajás;
9. Itupiranga;
10. Tucuruí (Feminino).

População carcerária:



Masculino: 989

Feminino: 142

	CRRAMA		CTMM
	Masculino	Feminino	Masculino
FECHADO	438	77	0
SEMIABERTO	112	08	0
COND./PROV.	42	5	0
PROVISÓRIO	0	52	439
TOTAL	550	142	439

CONSIDERAÇÕES SOBRE A Vara de Execução Penal de Marabá (VEP)

A Vara de Execução Penal de Marabá possui competência para execução de penas privativas de liberdade e penas e medidas alternativas, tendo como Juiz titular o Dr. Caio Marco Berardo, desde 09/02/2017.

Como Marabá é Comarca polo, onde se localizam estabelecimentos prisionais da região, a competência da Vara abrange as Comarcas de Jacundá, São Geraldo do Araguaia, São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia, Rondon do Pará, Curionópolis, Canaã dos Carajás, Itupiranga, Parauapebas e Tucuruí (feminino). Considerando a interdição do estabelecimento prisional de Parauapebas e de Redenção, a Vara tem recebido também processos para execução penal de presos de outras Comarcas de outra Região (Redenção, Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia, Rio Maria, Xinguara, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu, Dom Eliseu, Ulianópolis e Tailândia).

Encontram-se vinculados à Comarca de Marabá os seguintes estabelecimentos penais: CRRAMA (Centro de Recuperação Regional Agrícola Mariano Antunes), CTMM (Centro de Triagem Masculino de Marabá) e CRFM (Centro de Recuperação Feminino de Marabá).

De acordo com a contagem física mais feitos com tramitação externa, há 2.218 (dois mil, duzentos e dezoito) feitos em tramitação na Vara, constando do Sistema Libra, no entanto, o número de 2.640 (dois mil, seiscentos e quarenta), o que aponta discrepância que precisa ser corrigida.

A resenha para publicação é feita somente para intimação de advogados.

Há divisão de tarefas entre os servidores da Secretaria, tendo sido observada organização, com pastas necessárias aos trabalhos desenvolvidos. São usadas fitas coloridas identificando os processos, sendo usada a de cor laranja para cartas precatórias, a de cor vermelha para regime fechado, vermelha com azul para regime semiaberto, azul para regime aberto, preta para foragido, amarela para livramento condicional e verde para transação penal e *sursis*.

Na Secretaria há 01 (um) analista judiciário, que é o Diretor de Secretaria, 02 (dois) auxiliares e 02 (dois) estagiários e no Gabinete atuam 01 (um) assessor e 01 (um) analista judiciário, contando, portanto, com quadro funcional reduzido. O analista lotado no Gabinete realiza os cálculos das penas e também auxilia o Magistrado nas audiências.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA
MARABÁ**

Observou-se a necessidade de capacitação dos servidores, objetivando maior eficácia nas rotinas da Secretaria, sobretudo considerando a implantação na Vara do SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificado).

Não estão atualizadas no Cadastro Nacional de Inspeções nos estabelecimentos penais informações sobre inspeção no ano de 2017, nem nos meses de janeiro, fevereiro, março, maio, outubro, novembro e dezembro de 2016, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2015, segundo informações da Seção de Registro das Atividades Judiciais da CJCI (em anexo).

Não havia processos paralisados por falta de cumprimento de ato judicial há mais de 100 (cem) dias e existiam 331 (trezentos e trinta e um) processos aguardando cumprimento há menos de 100 (cem) dias, pendentes de triagem na Secretaria.

Não havia processos conclusos há mais de 100 (cem) dias. Foram encontrados no Gabinete, durante a Correição, 412 (quatrocentos e doze) processos: 79 (setenta e nove) de extinção da punibilidade, 13 (treze) pedidos de transferência de detentos, 43 (quarenta e três) referentes a informação sobre falta grave, 07 (sete) para despacho inicial, 21 (vinte e um) para diligências, 18 (dezoito) para análise de cálculos elaborados, 11 (onze) referentes a pedidos de benefícios, 02 (dois) para o Juiz assinar sentença de extinção, 68 (sessenta e oito) para elaboração dos cálculos, dos quais 48 (quarenta e oito) de soltos ou foragidos e 20 (vinte) de presos, 09 (nove) para despacho, 122 (cento e vinte e dois) para a Secretaria e 49 (quarenta e nove) para audiência.

Havia 01 (um) pedido de livramento condicional pendente de registro e autuação e pendente de despacho e 269 (duzentos e sessenta e nove) guias de recolhimento recebidas pelo Sistema Libra, pendentes de recebimento e tramitação, aguardando cadastro no SEEU, a mais antiga datada de 04/11/2016.

Havia petições intermediárias não juntadas.

A pauta de audiências é cadastrada no Google Agenda e compartilhada entre o Gabinete, os servidores da Secretaria, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os Presídios, além de cadastrada no Sistema Libra. As audiências estavam agendadas até julho de 2017 (dia 26/07/2017).

Havia 17 (dezesete) processos aguardando resposta do Juízo de conhecimento sobre o trânsito em julgado da sentença condenatória para comunicação ao TRE.

Consta 01 (uma) audiência de custódia cadastrada no SISTAC.

A distribuição de mandados a Oficiais de Justiça é feita pelo Sistema Libra, constando informação sobre 01 (um) mandado com carga em aberto a Oficial de Justiça.

Existiam 21 (vinte e uma) cartas precatórias em tramitação com a finalidade de fiscalização de cumprimento de pena, as quais serão devolvidas somente após o término do prazo de cumprimento. Não é utilizada ferramenta de controle de prazo de cartas precatórias.

De acordo com o Coordenador de Estatísticas do TJPA, a taxa de congestionamento da 1ª Vara criminal de Marabá é de 93,44%, tendo ocorrido 431 (quatrocentas e trinta e uma) baixas em 2016, ano em que a taxa de congestionamento se encontrava 53,35%.

O controle de processos em carga com prazo extrapolado é realizado através do Sistema Libra, mediante relatório verificando-se cargas há mais de 100 dias. Havia 70 (setenta) processos com carga em aberto ao Ministério Público desde 28/04/2017, 09 (nove) com a Defensoria Pública desde 31/01/2017 e 02 (dois) com advogados desde 17/03/2017.

Os cálculos são realizados através da calculadora do SISPE, via de regra, e também através da calculadora do CNJ.

Há Conselho da Comunidade instalado na Comarca, que, no entanto, não atua de forma eficaz.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA
MARABÁ



Havia 550 (quinhentos e cinquenta) presos no CRRAMA, 439 (quatrocentos e trinta e nove) no CTMM e 142 (cento e quarenta e duas) detentas no CRFM.

* Seguem, em anexo, planilhas com análise da tramitação processual de processos das Metas 02 do CNJ,

RECOMENDAÇÕES AO DIRETOR DE SECRETARIA:

- 1 – Autuar e providenciar o necessário para a tramitação dos processos de execução penal a partir das Guias de recolhimento recebidas através do Sistema Libra, ainda não autuadas, no total de 269, comunicando a esta Corregedoria o cumprimento da diligência no prazo de 30 (trinta) dias;
- 2 – Utilizar ferramenta de controle de prazo de cumprimento de cartas precatórias, informando a esta Corregedoria a providência adotada, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 3 – Cobrar o histórico prisional nos 10 (dez) processos que se encontram sem atestado de pena a cumprir, informando o cumprimento da diligência a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 4 – Cobrar certidão de trânsito em julgado nos processos que se encontram com pendência de informação da condenação ao TRE, informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias a providência adotada;
- 5 – Adotar ferramenta de controle de prazo no Sistema de processos em carga com prazo extrapolado (para o MP, Defensoria Pública e advogados), com verificação a cada 30 (trinta) dias, informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada;
- 6 – Verificar e providenciar, diariamente, resenha para publicação das decisões do Magistrado.

RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:

- 1 – Proceder cadastro das inspeções aos estabelecimentos penais vinculados à Comarca, não realizado nos meses de janeiro, fevereiro, março, maio, outubro, novembro e dezembro de 2016, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2015 e janeiro a junho de 2017, informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, o cumprimento da diligência;
- 2 – Supervisionar, como gestor da unidade judiciária, a atividade do Diretor de Secretaria consistente na autuação das 269 guias de recolhimento encaminhadas e ainda não autuadas que aguardam tramitação, informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada;
- 3 – Supervisionar, como gestor da unidade judiciária, a atividade do Diretor de Secretaria referente à cobrança do histórico prisional nos 10 (dez) processos que se encontram sem atestado de pena a cumprir, informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada.

PROVIDÊNCIAS PELA CICI

- 1 – Expedição de ofício à Presidência do TJPA, solicitando a realização de cursos, em parceria com a Escola Superior da Magistratura, de ensino à distância (*on line*), para atualização em Gestão de Secretaria e outros que contribuam para o aprimoramento da prestação judicial;
- 2 – Expedição de ofício à Presidência do TJPA, solicitando a verificação junto à Secretaria de Gestão, sobre a possibilidade de lotação/nomeação de servidores (analistas e auxiliares) na Vara.

965

**CORREIÇÃO NA
1ª VARA DO
JUIZADO
ESPECIAL CÍVEL
E CRIMINAL DA
COMARCA DE
MARABÁ**



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: MARABÁ
EDITAL Nº 02/2017
PERÍODO: 15 a 19/05/2017
CORREGEDORA: Desembargadora Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
JUÍZA CORREGEDORA: Dra. Mônica Maciel Soares Fonseca
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: 1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal e feitos cíveis até 40 salários mínimos (Lei nº 9.099/95).
1.2 COMPETÊNCIA: Feitos cíveis e criminais de menor potencial ofensivo
1.3 MAGISTRADO (A): Dra. Adriana Divina da Costa Tristão
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: Desde 12/05/2016
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: Prejudicado
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Prejudicado
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Prejudicado
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: () Boas () Regulares () Ruins Justificar: Prejudicado
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: () Boas () Regulares () Ruins Justificar: Prejudicado
2.6 MOBILIÁRIO: (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:
2.7 SEGURANÇA: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado
2.8 ACESSIBILIDADE: () Boa () Regular () Ruim



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Justificar: Prejudicado		
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado		
3. MAGISTRADOS		
3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dra. Adriana Divina da Costa Tristão – Desde 12/05/2016 (Portaria nº 62/2016-SJ)		
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: 01. Thiago Vinicius De Melo Quedas – de 27 a 30/06/2016 02. Thiago Vinicius De Melo Quedas – de 01 a 13/07/2016 03. César Leandro Pinto Machado – de 14 a 15/07/2016 04. Thiago Vinicius De Melo Quedas – de 16 a 30/07/2016 05. Márcio Teixeira Bittencourt – de 09/01/2017 a 07/02/2017 06. Augusto Bruno De Moraes Favacho – 10 a 12/04 e 17/04/2017		
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: 01- 27 a 30/06/2016 - Portaria nº2495/2016 - GP 02- 01 a 30/07/2016 - Portaria nº 3052/2016 - GP 03- 05 07/12/2016 - Portaria nº 5698/2016 - GP 04- 09/01/2017 a 07/02/2017 - Portaria nº 5808/2016 - GP 05- 10 a 12/04/2017 e 17/04/2017 - Portaria nº 1556/2017 - GP		
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: 01. 01/09/2016 – Portaria nº 4101/2016-GP 02. 20/10/2016 – Portaria nº 4934/2016-GP 03. 20 e 21/10/2016 – Portaria nº 4919/2016-GP 04. 03/12/2016 – Portaria nº 5036/2016-GP 05. 05 a 07/12/2016 – Portaria nº 5698/16-GP 06. 10 a 13/02/2017 – Portaria nº 0765/2017-GP		
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES Relacionar e descrever: 01. Semana Estadual de Conciliação – de 06 a 10/06/2016 02. XI Semana Nacional da Conciliação - de 21 a 25/11/2016		
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: Relacionar e descrever: Não		
3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:		
JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01. Alexandre Hiroshi Arakaki	01/06/2012	30/06/2012
02. Alexandre Hiroshi Arakaki	20/03/2013	19/04/2013
03. Arielson Ribeiro Lima	16/07/2013	28/02/2014
04. Alexandre Hiroshi Arakaki	28/08/2013	31/03/2014
05. Gabriel Veloso De Araújo	22/10/2013	31/01/2014
06. Arielson Ribeiro Lima	07/01/2014	31/12/2014
07. Alexandre Hiroshi Arakaki	07/01/2014	31/11/2014



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E
CRIMINAL



08. Adriana Karla Diniz Gomes Da Costa	02/06/2014	01/07/2014
09. Alan Rodrigo Campos Meireles	20/06/2014	20/09/2014
10. Adriana Karla Diniz Gomes Da Costa	29/04/2015	02/06/2015
11. Adriana Karla Diniz Gomes Da Costa	04/05/2015	02/06/2015
12. Adriana Karla Diniz Gomes Da Costa	20/07/2015	19/01/2016
13. Daniel Gomes Coelho	01/12/2015	03/12/2015
14. Adriana Divina Da Costa Tristão	20/01/2016	12/05/2016
15. Daniel Gomes Coelho	18/02/2016	19/02/2016
16. Thiago Vinicius De Melo Quedas	27/06/2016	30/06/2016
17. Thiago Vinicius De Melo Quedas	01/07/2016	13/07/2016
18. César Leandro Pinto Machado	14/05/2016	15/07/2016
19. Thiago Vinicius De Melo Quedas	16/07/2016	30/07/2016
20. Márcio Teixeira Bittencourt	09/01/2017	07/02/2017
21. Augusto Bruno De Moraes Favacho	10/04/2017	12/04/2017
	17/04/2017	17/04/2017

4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):

4.1 GABINETE:

Nome: Giseuda Vieira Braz
Cargo: Assessor do Juízo – Exclusivamente comissionada
Ato de nomeação: Portaria Nº 2.769/2016 - GP

Nome: Jesiel Fernandes Vale
Cargo: Analista Judiciário – Área judiciária
Ato de nomeação: Portaria nº 2526/2015 - GP

4.2 SECRETARIA:

Nome: Maria Antonia Gama de Menezes
Cargo: Auxiliar Judiciário - Diretora de Secretaria
Ato de nomeação: Portaria nº 0128/1982-GP

Nome: Priscila da Cruz Matos de Sena
Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária
Ato de nomeação: Portaria nº 0350/2011 - GP

Nome: Iolete Cardoso Pinheiro
Cargo: Cedida da Prefeitura Municipal
Ato de nomeação: 08/08/2002

Nome: Mariana Nunes Araujo Pereira
Cargo: Estagiária

Nome: Janara Rhuana Cruz Dos Santos
Cargo: Estagiária

4.3. OUTROS SETORES:

Nome: Roberta Celestino Ferreira
Cargo: Conciliadora Voluntária
Ato de nomeação: Portaria nº 1022/2016 - GP



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA
5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dra. Aline Tavares Moreira – desde de 06/03/2017
5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Especial
5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Titular da 7ª PJ
5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dr. José Erickson Ferreira Rodrigues - desde 27/09/2013
5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Respondendo
5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Sim, com a Coordenadoria Regional, Vara de Execução Penal, Varas Cíveis e 2ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal
6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL
6.1 VEÍCULOS: Prejudicado
6.1.1 FROTA: Prejudicado
6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
6.2 INFORMÁTICA: Computadores: 10 Scanner: 07 Impressora: 02, sendo 01 (uma) zebra
6.2.1 ACESSO Á INTERNET: () Bom (x) Regular () Ruim Justificar: Devido à instabilidade no sinal de internet
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): 15 Tal quantidade é considerada suficiente? Sim
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: Sistema Libra
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): 1jecivelcrimaraba@tjpa.jus.br Quem é responsável por verificar o e-mail da unidade? A servidora Maria Antonia Gama de Menezes Com que frequência? Diariamente.
7. SECRETARIA JUDICIAL
7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:



<p>7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar:</p>
<p>7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? (x) Sim () Não Justificar:</p>
<p>7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL? (x) Sim () Não Justificar:</p>
<p>7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES? () Sim (X) Não Justificar:</p>
<p>7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA? (x) Sim () Não Justificar:</p> <p>Para quando está a pauta de audiências? 28/11/2017 (PJE); 12/04/2018 (Libra) Em quais dias da semana são realizadas as audiências? Segunda a quarta (audiências cíveis) e quinta (audiências criminais) Quantas audiências são realizadas diariamente? Em média, 11. Os motivos de remarcação/não realização das audiências são inseridos no Sistema Libra? Não</p>
<p>7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA? () Sim (X) Não Justificar:</p>
<p>7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA? Em média, duas vezes por mês, considerando que em regra as partes tomam ciência das decisões em audiência.</p>
<p>8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL</p>
<p>8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA</p> <p>TOTAL GERAL 2015: Despacho: 688 Decisão Interlocutória: 829 Sentença: 2.271 Audiência: 2.458</p> <p>TOTAL GERAL 2016: Despacho: 521 Decisão Interlocutória: 751 Sentença: 2.705</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E
CRIMINAL

Audiência: 1.001	
TOTAL GERAL 2017 (até a véspera da correição): Despacho: 359 Decisão Interlocutória: 471 Sentença: 785 Audiência: 354	
8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FÍSICA	QUANTIDADE
CIVEIS	
CÍVEIS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2014)	PROJUD: 02
CÍVEIS – META 4/2017-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014)	-
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	-
CÍVEIS – META 6/2017 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014)	-
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	-
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	PROJUD: 1.202 PJE: 1.039 LIBRA: 08
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	-
CRIMINAIS	
PENAS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2014)	LIBRA: 08
PENAS – META 4/2017-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014	-
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	-
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	-
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	LIBRA: 238
EXECUÇÃO PENAL	-
PENAS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	LIBRA: 118
INFÂNCIA E JUVENTUDE	
ATO INFRACIONAL	-
SITUAÇÃO DE RISCO	-
TUTELA	-
GUARDA	-
ADOÇÃO	-
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	-
CARTAS PRECATÓRIAS	
PRECATÓRIAS CÍVEIS	PJE: 07
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	LIBRA: 06
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	-
TOTAL – QUANTIDADE IDÊNTICA À CONTAGEM FÍSICA	PROJUD: 00 PJE: 00 LIBRA: 378



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
 RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL



Feitos com Tramitação Externa	LIBRA: 55
Contagem Física + Tramitação externa	PROJUD: 1.204 PJE: 1.032 LIBRA: 433
ACERVO TOTAL	PROJUD: 1.204 PJE: 1.032 LIBRA Acervo total: 438 Acervo ativo: 427

9. INDICADORES GERAIS

9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET:

(X) Sim () Não

Justificar:

9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2017-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)

Observações CJCI: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA.

ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2015	886	1.746
2016	1.114	1.782
2017 (até maio)	348	379

9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:

(X) Sim () Não

Justificar:

- PJE e PROJUD a identificação é realizada pelo Sistema;

- Libra:

Tarjas Azul e Vermelho: Carta Precatória;

Tarja Azul: Município de Bom Jesus do Tocantins;

Tarjas Amarelo e Vermelho: Idoso;

Tarja Amarela: Município de Nova Ipixuna;

Tarjas Amarela e Azul: Menor

Tarja Vermelha: Réu preso.

9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:

(5) INICIAIS;

(6) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ

(1) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;

(4) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS;

(2) IDOSO;

(-) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;

(-) AÇÕES DE ALIMENTOS;

(-) RÉU PRESO;

(-) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;

(-) ALVARÁ DE SOLTURA;

(-) POR ORDEM CRONOLÓGICA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E
CRIMINAL

(3) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;
(-) OUTRO

OBSERVAÇÕES:

9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA		X
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS		X
BACENJUD	X	
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		X
INFOJUD		X
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES		X
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS		X
INFOSEG		X
CNACL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI		X
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO		X
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA		X
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA		X
BNMP (Resolução 137 do CNJ)		X

9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?

() Sim () Não

Justificar: Prejudicado

10. INDICADORES CÍVEIS

10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013):

Acervo da meta: 2.156

Julgados: 2.139

Grau de julgamento: 99,21%

Necessidade de julgamento: 17

Pendentes de julgamento cível: 02

META NÃO CUMPRIDA

10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO:

Prejudicado

10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 60% DAS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014):

Prejudicado

10.4 PENDÊNCIAS Apreciação DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:

Quantidade de processos com pedidos de liminar/antecipação de tutela pendentes de apreciação: 06

Data da conclusão mais antiga: 08/05/2017



11. INDICADORES CRIMINAIS
11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013): Acervo da meta: 2.156 Julgados: 2.139 Grau de julgamento: 99,21% Necessidade de julgamento: 17 Pendentes de julgamento criminal: 15 <u>META NÃO CUMPRIDA</u>
11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: 00
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: 00
11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: () Sim () Não Justificar: Prejudicado
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: () Sim () Não Justificar: Prejudicado
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2017-ENASP/CNJ (AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA INICIADAS ATÉ 31/12/2012 E QUE NÃO TENHAM SIDO JULGADAS ATÉ A DATA CORREIÇÃO): Quantidade de processos em andamento de competência do Júri distribuídos até 31/12/2012: Prejudicado
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: Prejudicado
12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: Prejudicado
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: Prejudicado
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: Prejudicado
12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? () Sim () Não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E
CRIMINAL

Justificar: Prejudicado
12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: Prejudicado
12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: () Sim () Não Justificar: Prejudicado
12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? Prejudicado
12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES? Prejudicado
12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? Prejudicado
13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL
13.1 EXISTEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUIZO SENTENCIANTE? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? Prejudicado
13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? Prejudicado
13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? Prejudicado
13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? Prejudicado
14 PRECATÓRIAS
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 07
14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: 06
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 15



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E
CRIMINAL



14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? A cobrança é realizada através de ofício, malote digital, e-mail, telefone ou correspondência.		
15 INQUÉRITOS POLICIAIS		
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 00		
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 00		
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: 00		
16 PETIÇÕES:		
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 00		
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 00		
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 00		
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 00 Considerações CJCI: Foram encontradas 339 petições pendentes de juntada no Sistema Libra.		
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 00		
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: PROJUD: 315 PJE: 24 LIBRA: 137		
17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA		
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 00		
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 43		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 00		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: PJE: 218 PROJUD: 343 LIBRA: 84		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: PJE: 121 PROJUD: 24 LIBRA: 53		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA (ATÉ A VÉSPERA DA CORREIÇÃO):		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E
CRIMINAL

Nestor Renna Araújo De Negreiros	1	09/03/2017
Rui Costa de Oliveira	8	13/03/2017
Natalia Lima Freire Bandeira	6	27/03/2017
Antonio Oliveira Cruz	1	20/04/2017
Neuma Correa de Miranda	2	20/04/2017
Alessandro Missagia Fernandes	2	09/05/2017
Washington Trindade da Silva Junior	1	09/05/2017
Catia Simone Vilarino Dias	1	09/05/2017
Janaina Rodrigues Arantes	1	09/05/2017
Klinger da Silva Santos	1	09/05/2017
Rafael Benevides de Souza	3	09/05/2017
Clarissa Silva Santana	2	09/05/2017
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (x) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Através de ofício à Central de Mandados		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	55	22/10/2010
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	10	04/08/2010
17.7.3 ADVOGADO	-	-
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Por telefone, ofício, e-mail e malote digital		
18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? (X) Sim () Não Justificar:		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? () Sim (X) Não Justificar: As armas apreendidas ficam acondicionadas na Secretaria do Fórum e no Setor de Arquivo da Comarca de Marabá.		
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? (X) Sim () Não Justificar:		
18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
RELATÓRIO EM ANEXO		
Considerações CJCI: Verificou-se que diversos bens apreendidos da unidade judiciária já se encontram com os seus feitos arquivados, sem que tenha sido realizada a destinação aos mencionados objetos.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E
CRIMINAL



18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO?

() Sim () Não

Justificar: Prejudicado

18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)?

() Sim () Não

Justificar: Prejudicado

19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE?

(X) Sim () Não

19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ?

(X) Sim () Não

Justificar:

19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS?

(X) Sim () Não

Justificar: Relatório em anexo.

19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL?

(x) Sim () Não

Alessandra Gomes Heringer da Rocha

19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO?

(X) Sim () Não

Justificar:

19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA?

() Sim () Não

Justificar: Prejudicado

20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:

- Falta de funcionários;
- Instabilidade na Internet.

21 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:

- Falta de funcionários;
- Instabilidade na internet;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E
CRIMINAL

- Ausência de Defensor Público nas audiências cíveis e criminais, que tem dificultado no andamento processual de partes hipossuficientes.

22. CORREGEDORIA DO INTERIOR

A 1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Marabá possui competência para feitos cíveis até 40 salários mínimos e crimes de menor potencial ofensivo (Lei nº 9.099/1995) e tem como Juíza titular a Dra. Adriana Divina da Costa Tristão, desde 12/05/2016.

De acordo com a contagem física mais tramitação externa, há 433 (quatrocentos e trinta e três) processos físicos tramitando (Libra), constando do acervo ativo 427 (quatrocentos e vinte e sete). Consta do PROJUDI o número de 1.204 (mil, duzentos e quatro) processos e do PJE 1.032 (mil e trinta e dois).

A resenha para publicação é realizada, em média, duas vezes por semana, considerando que as partes, em regra, tomam ciência das decisões em audiência.

Há divisão de tarefas entre os servidores da Secretaria, que se apresentou organizada, com realização de tramitação interna por fase processual, de modo a facilitar a organização dos processos.

São utilizadas tarjas coloridas para identificação dos processos físicos, sendo adotada a de cores azul e vermelha para carta precatória, azul para feitos do Município de Bom Jesus do Tocantins, amarela e vermelha para idosos, amarela para feitos do Município de Nova Ipixuna, amarela e azul para menores e vermelha para presos.

Estão lotados na Secretaria da Vara 03 (três) servidores, sendo 01 (uma) Auxiliar Judiciário, ocupante do cargo de Diretora de Secretaria, 01 (um) Analista Judiciário e 01 (uma) servidora cedida da Prefeitura e no Gabinete há 01 (um) assessor, exclusivamente comissionado e 01 (um) Analista Judiciário.

Com relação à Meta 1 do CNJ, foi cumprida nos anos de 2015 e 2016 e havia alcançado grau de cumprimento em 2017, até a data da correição.

A Meta 2 do CNJ ainda não foi cumprida pela 1ª Vara do Juizado Especial, tendo alcançado o percentual de 99,21% do total que precisa ser alcançado. O acervo da referida Meta é de 2.156 (dois mil, cento e cinquenta e seis) processos, com 2.139 (dois mil, cento e trinta e nove) julgados, havendo necessidade de julgamento de 17 (dezessete) feitos para cumprimento da referida Meta.

Havia 06 (seis) processos com pedido de liminar/antecipação de tutela pendentes de apreciação, com data de conclusão mais antiga 08/05/2017.

Foi identificado 01 (um) processo sentenciado pendente de arquivamento/baixa no Sistema.

Havia 43 (quarenta e três) processos aguardando cumprimento há menos de 100 (cem) dias, tendo sido identificados 119 (cento e dezenove) processos sem qualquer movimentação há mais de 100 (cem) dias.

Ainda de acordo com os Sistemas de gestão processual, existiam 218 (duzentos e dezoito) processos conclusos há mais de 100 (cem) dias (PJE), 343 (trezentos e quarenta e três) conclusos há mais de 100 (cem) dias (PROJUDI) e 53 (cinquenta e três) na mesma situação (LIBRA). Conclusos há menos de 100 (cem) dias: No PJE, 121 (cento e vinte e um), no PROJUDI, 24 (vinte e quatro) e no Libra 53 (cinquenta e três).

Verificou-se a existência de 339 (trezentas e trinta e nove) petições intermediárias pendentes de juntada no Sistema Libra.

Foram identificadas petições intermediárias não despachadas: 315 (trezentas e quinze) no PROJUDI, 24 (vinte e quatro) no PJE e 137 (cento e trinta e sete) no Libra.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E
CRIMINAL



São realizadas em média 11 (onze) audiências por dia, de segunda a quarta feira as cíveis, e às quintas, as criminais, encontrando-se a pauta com audiência marcada até 28/11/2017 no PJE e até 12/04/2018, no Libra. Os motivos da não realização/remarcação das audiências não são cadastrados no Sistema Libra.

A distribuição de mandados a Oficiais de Justiça é feita pelo Sistema Libra e a cobrança de devolução é realizada através de ofício à Central de Mandados. De acordo com o Sistema Libra, a carga em aberto mais antiga de mandados com Oficial de Justiça datava de 09/03/2017 (total de 01), de 13/03/2017 (total de 08) e 27/03/2017 (total de 06) e as demais datavam dos meses de abril e maio de 2017 (até 09/05/2017).

Existiam 07 (sete) cartas precatórias cíveis em tramitação e 06 (seis) criminais e 15 (quinze) aguardando resposta/devolução. Não é utilizada ferramenta de controle/cobrança das cartas precatórias expedidas. A cobrança da devolução é realizada através de ofício, malote digital, e-mail, telefone ou correspondência.

Para os depósitos judiciais, é aberta conta única, havendo processos com depósitos judiciais na unidade judiciária, alguns sem movimentação há mais de 03 (três) anos.

De acordo com o Coordenador de Estatísticas do TJPA, a taxa de congestionamento da 1ª Vara do Juizado Especial de Marabá é de 59,24%, tendo ocorrido 1.877 (mil, oitocentas e setenta e sete) baixas em 2016, ano em que a taxa de congestionamento se encontrava 52,14%.

A cobrança de processos com vista além do prazo é efetuada pela Secretaria por telefone, ofício, e-mail, não sendo utilizada ferramenta de controle de prazos. Havia 55 (cinquenta e cinco) processos em carga para o Ministério Público desde 22/10/2010 e 10 (dez) com a Defensoria Pública desde 04/08/2010, não constando carga em aberto para advogados.

Há bens apreendidos, tendo-se observado que muitos feitos foram arquivados sem a respectiva destinação dos bens apreendidos.

Verificou-se a existência de 6.574 (seis mil, quinhentas e setenta e quatro) tramitações pendentes de recebimento no Sistema Libra.

A partir da análise de processos por amostragem, durante a Correição, constatou-se que, de um modo geral, tanto os processos cíveis (PJE e PROJUDI), quanto os criminais (LIBRA) estão com tramitação regular, no entanto, destaca-se a necessidade de se imprimir maior celeridade aos processos nº 003687-46.2014.8.14.0028 e 0014662-30.8.14.0028, em virtude da iminência da prescrição que ocorrerá nos dias 13/12/2017 e 30/10/2017, respectivamente.

Houve reclamação do Juízo com relação à ausência de Defensor Público nas audiências cíveis e criminais, o que tem dificultado o andamento processual das partes hipossuficientes.

* Seguem, em anexo, planilhas com análise da tramitação processual de processos criminais da Meta 02 e fora da Meta, relatórios do Portal de Metas e do Libra, gráficos do Banco de Dados da Secretaria de Informática do TJPA.

RECOMENDAÇÕES PARA A DIRETORA DE SECRETARIA:

- 1 – Agilizar o cumprimento de diligências nos processos que se encontram paralisados há mais de 100 (cem) dias, bem como atualizar no Sistema os que já tiveram diligências cumpridas, encaminhando informação a esta Corregedoria de Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias sobre as providências adotadas;
- 2 – Agilizar o andamento dos processos remanescentes da Meta 2 do CNJ;
- 3 – Agilizar o andamento dos processos nº 003687-46.2014.8.14.0028 e 0014662-30.8.14.0028, para se evitar a prescrição;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E
CRIMINAL

4 – Cobrar, pelo menos, a cada 30 (trinta) dias, através da utilização de ferramenta de controle, a devolução dos mandados em poder dos oficiais de Justiça, fora do prazo, e *recebê-los sempre através do Sistema Libra*;

5 – Adotar ferramenta de controle do prazo da carga de processos para o Ministério Público e Defensoria Pública, com cobrança periódica, pelo menos a cada 30 (trinta) dias, fazendo cobrança dos que se encontram com carga desde 22/10/2010, com o MP e desde 04/08/2010 com a Defensoria Pública, informando a esta Corregedoria o cumprimento da diligência, no prazo de 30 (trinta) dias;

6 – Providenciar a juntada, no Sistema Libra, das petições (intermediárias) pendentes de vinculação, atualizando o Sistema Libra quanto ao quantitativo das petições já juntadas, e encaminhando informação à Corregedoria de Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre as providências adotadas;

7 – Cumprir as cartas precatórias recebidas, por ato ordinatório, sempre que possível, e devolvê-las ao Juízo deprecante, em prazo razoável;

8 – Verificar antes do arquivamento dos processos a necessidade de destinação de bens apreendidos, informando esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre o cumprimento da diligência;

9 – Utilizar ferramenta de controle das cartas precatórias expedidas, para eventual cobrança de devolução, devendo ser efetuada a cobrança ao Juízo deprecado das que se encontram pendentes de devolução, comunicando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias sobre a providência adotada;

10 – Movimentar os processos com subcontas paralisadas há mais de 03 (três) anos, informando a esta Corregedoria a providência adotada, no prazo de 30 (trinta) dias;

11 – Receber no Sistema Libra as 6.574 (seis mil, quinhentas e setenta e quatro) tramitações pendentes de recebimento, comunicando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada para cumprimento da diligência;

12 – Efetuar a publicação dos atos, pendentes da providência, uma vez que foi encontrado um armário com processos nessa situação, comunicando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada para cumprimento da diligência;

13 – Proceder o arquivamento do processo sentenciado, encontrado durante a Correição pendente de baixa.

RECOMENDAÇÕES PARA A MAGISTRADA:

1 – Agilizar a conclusão dos processos remanescentes da Meta 2 do CNJ;

2 – Despachar/sentenciar os processos conclusos há mais de 100 (cem) dias, que se encontram em número elevado;

3 – Analisar, com urgência, os processos conclusos com pedido de liminar e tutela antecipada;

4 – Supervisionar, como gestora da unidade judiciária, a atividade da Diretora de Secretaria consistente em verificar, antes do arquivamento dos processos, a necessidade de destinação de bens apreendidos, informando esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre o cumprimento da diligência;

5 – Supervisionar, na qualidade de gestora da unidade judiciária, a atividade da Diretora de Secretaria de movimentação dos processos com subcontas paralisadas há mais de 03 (três) anos;

6 – Supervisionar, na qualidade de gestora da unidade judiciária, a atividade da Diretora de Secretaria com vistas ao recebimento, no Sistema Libra, das 6.574 (seis mil, quinhentas e setenta e quatro) tramitações pendentes de recebimento e à juntada, no Sistema Libra, das petições (intermediárias) pendentes de vinculação, atualizando o Sistema Libra quanto ao quantitativo das petições já juntadas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E
CRIMINAL



7 – Readequar as rotinas de trabalho da Vara, para cadastramento no Sistema Libra dos motivos de não realização/remarcação das audiências.

8 – Agilizar o andamento dos processos nº 003687-46.2014.8.14.0028 e 0014662-30.8.14.0028, para se evitar a prescrição.

PROVIDÊNCIAS PELA CJCI

Expedição de ofício à Defensora Pública Geral do Estado, solicitando Defensor Público para acompanhamento das audiências da 1ª Vara do Juizado Especial de Marabá.

Marabá-PA, 16/05/2017.

1

912

**CORREIÇÃO NA
2ª VARA DO
JUIZADO
ESPECIAL CÍVEL
E CRIMINAL DA
COMARCA DE
MARABÁ**



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: MARABÁ
EDITAL Nº 01/2017
PERÍODO: 15 à 19/05/2017
CORREGEDORA: Desembargadora Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
JUÍZA CORREGEDORA: Dra. Mônica Maciel Soares Fonseca
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: 2ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Marabá e feitos cíveis até 40 salários mínimos (Lei nº 9.099/95).
1.2 COMPETÊNCIA: Causas de menor potencial ofensivo cível e criminal
1.3 MAGISTRADO (A): Dr. Augusto Bruno de Moraes Favacho
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: Desde 29/07/2016
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: Prejudicado
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Prejudicado
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Prejudicado
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: () Boas () Regulares () Ruins Justificar: Prejudicado
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: () Boas (X) Regulares () Ruins Justificar: Em face da constante falta de água.
2.6 MOBILIÁRIO: () Bom () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado
2.7 SEGURANÇA: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado
2.8 ACESSIBILIDADE: () Boa () Regular () Ruim



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E
CRIMINAL DA COMARCA DA MARABÁ

Justificar: Prejudicado		
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado		
3. MAGISTRADOS		
3.1 MAGISTRADO ATUAL –PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dr. Augusto Bruno de Moraes Favacho – desde 29/07/2016		
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dra. Adriana Divina da Costa Tristão – 05/12/2016 a 07/12/2016 Dr. Márcio Teixeira Bitencourt – 09/01/2017 a 02/02/2017		
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: 01/11/2016 à 30/11/2016 (férias) 09/01/2017 a 02/02/2017 (férias)		
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: 14 a 31/05/2017: Respondendo pela 4ª Vara Cível e Empresarial (Portaria nº 2.239/2017-GP)		
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES Relacionar e descrever: Sim, Mutirão de conciliação de causas envolvendo a Empresa Rede Celpa realizado Faculdade Carajás		
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL: Relacionar e descrever: Não		
3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA:		
JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01. Daniel Gomes Coelho	10/02/2015	19/01/2016
02. Adriana Divina Da Costa Tristão	20/01/2016	08/04/2016
03. Renata Pereira De Jesus	11/04/2016	28/04/2016
04. Thiago Vinicius De Melo Quedas	02/05/2016	31/07/2016
4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):		
4.1 GABINETE: Nome: Anderson Sales da Silva Cargo: Assessor do Juízo – Exclusivamente comissionado Ato de nomeação: Portaria nº 3.796/2016 - GP		
4.2 SECRETARIA: Nome: Jailson Barbosa Moura Leal Cargo: Analista Judiciário - Área judiciária - Diretor de Secretaria Ato de nomeação: Portaria nº 2.522/2015 - GP Nome: Ramon Gabriel Matos Cavalcante Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E
CRIMINAL DA COMARCA DA MARABÁ



Ato de nomeação: Portaria nº 1.907/2017 - GP Nome: Nádia Alice Pereira de Sousa Cargo: Auxiliar Judiciário Ato de nomeação: Portaria nº 1.616/2015 – GP Nome: Pâmella Valente Jadjiski Cargo: Estagiária Nome: Luiz Hiago Batista Costa Estagiário: Estagiário
4.3. OUTROS SETORES: Nome: Maria Auxiliadora Moraes Pinto Cargo: Conciliadora Voluntária Ato de nomeação: Portaria nº 1.408 – 2017 - GP
5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA
5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dra. Josélia Leontina Barros Lopes – desde 02/05/2017
5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Respondendo
5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Sim, é titular da 8ª PJ IV
5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dr. José Erickson Ferreira Rodrigues
5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Respondendo
5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Sim, com a Coordenadoria Regional, Vara de Execução Penal, Varas Cíveis e 1ª Juizado Especial Cível e Criminal de Marabá
6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL
6.1 VEÍCULOS Prejudicado
6.1.1 FROTA: Prejudicado
6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
6.2 INFORMÁTICA: Computadores: 08 Notebook: 01 Impressora: 03, sendo 01 Argox Scanner: 03
6.2.1 ACESSO Á INTERNET: (X) Bom () Regular () Ruim



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E
CRIMINAL DA COMARCA DA MARABÁ

Justificar:
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): 08 Tal quantidade é considerada suficiente? Sim
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: Sistema Libra
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): jecrimmaraba@tjpa.jus.br Quem é responsável por verificar o e-mail da unidade? Os servidores Jailson Barbosa Moura Leal e Anderson Sales da Silva Com que frequência? Diariamente
7. SECRETARIA JUDICIAL
7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:
7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar:
7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar:
7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL? (X) Sim () Não Justificar:
7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES? (X) Sim () Não Justificar: Cursos de PJE, atualização de manuseio das novas ferramentas do Sistema Libra e sobre organização de secretaria.
7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA? (X) Sim () Não Justificar: Para quando está a pauta de audiência? 24/05/2018 Em quais dias da semana são realizadas as audiências? Segunda a quinta Quantas audiências são realizadas por dia em média? Em média, 07 Os motivos de não realização/remarcação das audiências são inseridas no Sistema Libra?
7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA? (X) Sim () Não



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
 RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E
 CRIMINAL DA COMARCA DA MARABÁ



Justificar: Devido à carência de servidor para confecção para realização de tal procedimento, considerando que a secretaria até uma semana antes da correição funcionava com apenas um servidor.

7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA?

A unidade judiciária não possui a rotina de publicar as resenhas.

8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA

TOTAL GERAL 2015:

Despacho: 321
 Decisão Interlocutória: 368
 Sentença: 403
 Audiência: 798

TOTAL GERAL 2016:

Despacho: 1.067
 Decisão Interlocutória: 883
 Sentença: 1.606
 Audiência: 851

TOTAL GERAL 2017 (até a véspera da correição):

Despacho: 457
 Decisão Interlocutória: 485
 Sentença: 601
 Audiência: 388

8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FÍSICA	QUANTIDADE
CIVEIS	
CÍVEIS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)	PROJUD: 38
CÍVEIS – META 4/2017-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014)	-
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	-
CÍVEIS – META 6/2017 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014)	-
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	-
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	PROJUDI: 2.366 PJE: 1.379
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	-
CRIMINAIS	
PENAS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2014)	LIBRA: 14
PENAS – META 4/2017-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014	-
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E
CRIMINAL DA COMARCA DA MARABÁ

PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	-
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	LIBRA: 687
EXECUÇÃO PENAL	-
PENAS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	LIBRA: 11
INFÂNCIA E JUVENTUDE	
ATO INFRACIONAL	-
SITUAÇÃO DE RISCO	-
TUTELA	-
GUARDA	-
ADOÇÃO	-
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	-
CARTAS PRECATÓRIAS	
PRECATÓRIAS CÍVEIS	PJE: 14 PROJUD: 00
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	LIBRA: 21
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	-
TOTAL – QUANTIDADE IDÊNTICA À CONTAGEM FÍSICA	
Feitos com Tramitação Externa	LIBRA: 04
Contagem Física + Tramitação externa	PJE: 1.393 PROJUD: 2.404 LIBRA: 737
ACERVO LIBRA/PJE/PROJUD	PJE: 1.393 PROJUD: 2.404 LIBRA Acervo total: 899 Acervo ativo: 896

9. INDICADORES GERAIS

9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET:

(X) Sim () Não

Justificar:

9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2017-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)

Observações CJCI: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA.

ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2015	925	325
2016	1.106	1.150
2017 (até a véspera da correição)	353	463

9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:

(X) Sim () Não

Justificar: Somente são observadas as prioridades nos feitos cíveis porque tramitam pelo PJE. Quanto aos processos criminais não há qualquer identificação acerca das referidas prioridades.



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
 RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E
 CRIMINAL DA COMARCA DA MARABÁ



9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:

- (5) INICIAIS;
- (6) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ
- (1) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;
- (4) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS:
- (2) IDOSO;
- (-) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;
- (-) AÇÕES DE ALIMENTOS;
- (-) RÉU PRESO;
- (-) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;
- (-) ALVARÁ DE SOLTURA;
- (-) POR ORDEM CRONOLÓGICA
- (3) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;
- (-) OUTRO

OBSERVAÇÕES:

9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA		X
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS		X
BACENJUD	X	
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		X
INFOJUD		X
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES		X
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS		X
INFOSEG		X
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI		X
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO		X
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA		X
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA		X
BNMP (Resolução 137 do CNJ)		X

9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?

() Sim () Não

Justificar: Prejudicado

10. INDICADORES CÍVEIS

10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013):

Acervo da meta: 106

Julgados: 14

Grau de julgamento: 13,21%

Pendentes de Julgamento Cível: 55

META NÃO CUMPRIDA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E
CRIMINAL DA COMARCA DA MARABÁ

10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: Prejudicado
10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 60% DAS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014): Prejudicado
10.4 PENDÊNCIAS APRECIÇÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA: Quantidade de processos com pedidos de liminar/antecipação de tutela pendentes de apreciação: 09 Data da conclusão mais antiga: 16/05/2017
11. INDICADORES CRIMINAIS
11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013): Acervo da meta: 106 Julgados: 14 Grau de julgamento: 13,21% Pendentes de Julgamento Criminal: 37 <u>META NÃO CUMPRIDA</u>
11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: Prejudicado
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: Prejudicado
11.4 DE CUMPRIMENTO DA META NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: () Sim () Não Justificar: Prejudicado
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: () Sim () Não Justificar: Prejudicado
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2017-ENASP/CNJ (AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA INICIADAS ATÉ 31/12/2012 E QUE NÃO TENHAM SIDO JULGADAS ATÉ A DATA CORREIÇÃO): Quantidade de processos em andamento de competência do Júri distribuídos até 31/12/2012: Prejudicado
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: Prejudicado
12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: Prejudicado
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: Prejudicado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E
CRIMINAL DA COMARCA DA MARABÁ



12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: Prejudicado
12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: Prejudicado
12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: () Sim () Não Justificar: Prejudicado
12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? Prejudicado
12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES? Prejudicado
12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? Prejudicado
13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL
13.1 EXISTEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUIZO SENTENCIANTE? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? Prejudicado
13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? Prejudicado
13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? Prejudicado
13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? Prejudicado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E
CRIMINAL DA COMARCA DA MARABÁ

14 PRECATÓRIAS
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 14 (PJE)
14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: 21 (LIBRA)
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 08
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? () Sim (X) Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Até a semana anterior a correição, não existia um controle efetivo para cobrança das cartas precatórias expedidas, em razão da secretaria encontrar-se funcionando com apenas 01 (um) servidor.
15 INQUÉRITOS POLICIAIS
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: Prejudicado
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: Prejudicado
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: Prejudicado
16 PETIÇÕES:
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 00
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 00
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 00
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 01
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 01
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: PROJUD: 617 PJE: 07 LIBRA: 00
17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 00
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 144
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 00
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: PJE: 00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E
CRIMINAL DA COMARCA DA MARABÁ



PROJUD: 564 LIBRA: 00		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: PJE: 134 PROJUD: 47 LIBRA: 00		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA (ATÉ A VÉSPERA DA CORREIÇÃO):		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
RUI COSTA OLIVEIRA	8	04/07/2016
LAIR BATISTA DE SOUZA LEAL	1	18/04/2017
CATIA SIMONE VILARINO DIAS	1	25/04/2017
KATYUSCIA KELLY PEREIRA DE SOUSA FEITOSA	1	25/04/2017
KLINGER DA SILVA SANTOS	2	25/04/2017
RODNEY FIGUEIREDO FREITAS	1	25/04/2017
ZEILTON RAMOS DE SOUZA	2	03/05/2017
RAFAEL BENEVIDES DE SOUZA	3	25/04/2017
NATALIA LIMA FREIRE BANDEIRA	1	25/04/2017
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Geralmente a cobrança é dirigida à responsável pela Central de Mandados, através de ofício.		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	18	25/04/2017
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	-	-
17.7.3 ADVOGADO	-	-
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? A controle é realizado através do Sistema Libra. Quanto a cobrança, em sendo advogado, a mesma é realizada através de Diário de Justiça Eletrônico, mas na hipótese do atraso decorrer do Ministério Público ou da Defensoria Pública é expedido ofício.		
18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? (X) Sim () Não Justificar:		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? () Sim (X) Não Justificar: As armas apreendidas são acondicionados na Secretaria do Fórum. Os demais bens ficam no Setor de Arquivo da unidade judiciária.		
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? (X) Sim () Não		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E
CRIMINAL DA COMARCA DA MARABÁ

Justificar:		
18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
RELATÓRIO EM ANEXO		
18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? () Sim () Não Justificar: Prejudicado		
18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)? () Sim (X) Não Justificar: As armas e munições são acondicionados na Secretaria do Fórum.		
19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS		
19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? (x) Sim () Não		
19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? (X) Sim () Não Justificar: Relatório em anexo.		
19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS? () Sim (X) Não Justificar:		
19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL? () Sim () Não Prejudicado		
19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO? () Sim () Não Justificar: Prejudicado		
19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA? () Sim (X) Não Justificar: Prejudicado, não há cobranças de custas nos processos em tramitação nos juizados especiais, em 1º grau de jurisdição.		
20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:		
FALTA FUNCIONÁRIOS E A INTERNET CONSTAMENTE APRESENTA INSTABILIDADE		
21 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:		



A 2ª VARAPASSOU A TER JUIZ TITULAR A PARTIR DE AGOSTO DE 2016. ASSIM, FICARAM ESTANQUE DE SERVIÇOS REPRESSADOS DESDE 2015. A VARA PASSOU POR PRECARIIDADE DE LOTAÇÃO MÍNIMA PARA COM O QUADRO, CONFORME OFÍCIOS QUE FORAM ENCAMINHADOS À PRESIDÊNCIA E DEPARTAMENTO DE GESTÃO: 1) PA-REQ-2016/11588, DE 10.08.2017 – PEDIDO DE LOTAÇÃO DE SERVIDOR; 2) PA-OFI-2016/14874, DE 12.12.2016 – PEDIDO REVOGAÇÃO LICENÇA; 3) PA-MEM-2017/02672, DE 30.01.2017 – REITERAÇÃO PEDIDO DE VER. LIC.; 4) PA-MEM-2017/01523, DE 20.03.2017 – PEDIDO DE RELOTAÇÃO SERVIDORA; 5) PROC. Nº 2017.00239.00239 (PROC. 2017.7.000296-8) COMUNICAÇÃO CARÊNCIA SERVIDOR.

22. CORREGEDORIA DO INTERIOR

A 2ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Marabá possui competência para feitos cíveis até 40 salários mínimos e crimes de menor potencial ofensivo (Lei nº 9.099/1995) e tem como Juiz titular o Dr. Augusto Bruno de Moraes Favacho, desde 29/07/2016.

De acordo com a contagem física mais tramitação externa, há 737 (setecentos e trinta e sete) processos físicos tramitando (Libra), constando do acervo ativo 896 (oitocentos e noventa e seis), o que demonstra discrepância na informação. Consta do PROJUDI o número de 2.404 (dois mil, quatrocentos e quatro) processos e do PJE 1.393 (mil, trezentos e noventa e três).

A Secretaria não possui rotina de publicação de resenhas.

Verificou-se desorganização na secretaria, não sendo realizada tramitação interna por fase processual, o que dificulta a localização dos processos.

Estão lotados na Secretaria da Vara 03 (três) servidores, sendo 02 (dois) Analistas Judiciários, um dos quais ocupa a função de Diretor de Secretaria e 01 (um) Auxiliar judiciário e 02 (dois) estagiários. No Gabinete há somente o assessor, exclusivamente comissionado.

Com relação à Meta 1 do CNJ não foi cumprida em 2015, tendo sido cumprida em 2016, tendo alcançado grau de cumprimento em 2017, até a data da correição (463 ações julgadas e 353 distribuídas).

A Meta 2 do CNJ ainda não foi cumprida pela 2ª Vara do Juizado Especial, tendo alcançado o percentual de 13,21% do total que precisa ser alcançado. Necessidade de julgamento de 55 (cinquenta e cinco) feitos cíveis e 37 (trinta e sete) feitos criminais.

Havia 09 (nove) processos com pedido de liminar/antecipação de tutela pendentes de apreciação, com data de conclusão mais antiga 16/05/2017.

Havia 130 (cento e trinta) processo paralisados há mais de 100 (cem) dias, aguardando cumprimento de atos judiciais e 144 (cento e quarenta e quatro) processos aguardando cumprimento há menos de 100 (cem) dias.

Não havia processos conclusos há mais de 100 (cem) dias nos feitos do Libra nem do PJE, existindo, no entanto, 564 (quinhentos e sessenta e quatro) conclusos há mais de 100 (cem) dias no sistema PROJUDI.

Conclusos há menos de 100 (cem) dias: No PJE, 134 (cento e trinta e quatro), no PROJUDI, 47 (quarenta e sete) e nenhum no Libra.

Verificou-se a existência de 01 (uma) petição intermediária não juntada e não remetida à conclusão e 617 (seiscentas e dezessete) intermediárias não despachadas, de acordo com o PROJUDI e 07 (sete) não despachadas, de acordo com o PJE.

São realizadas, em média, 07 (sete) audiências por dia, de segunda a quinta, encontrando-se a pauta com audiência marcada até 24/05/2018. Os motivos da não realização/remarcação das audiências não são cadastrados no Sistema Libra.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E
CRIMINAL DA COMARCA DA MARABÁ**

A distribuição de mandados a Oficiais de Justiça é feita pelo Sistema Libra e a cobrança de devolução é realizada através de ofício à Central de Mandados. De acordo com o Sistema Libra, a carga em aberto mais antiga de mandados com Oficial de Justiça datava de 04/07/2016 (total de 08) e as demais datavam dos meses de abril e maio de 2017 (até 03/05/2017).

Existiam 14 (catorze) cartas precatórias cíveis em tramitação (PJE) e 21 (vinte e uma) criminais. Havia 08 (oito) cartas precatórias aguardando resposta/devolução. Não era utilizada ferramenta de controle/cobrança das cartas precatórias expedidas porque antes da Correição a Secretaria funcionava com somente 01 (um) servidor.

Para os depósitos judiciais, é aberta conta única, não havendo processos com depósitos judiciais na unidade judiciária sem movimentação há mais de 03 (três) anos.

Verificou-se a existência de 13 (treze) tramitações pendentes de recebimento o Sistema Libra e 22 (vinte e dois) processos sentenciados, pendentes de arquivamento/baixa no Sistema.

De acordo com o Coordenador de Estatísticas do TJPA, a taxa de congestionamento da 2ª Vara do Juizado Especial é de 89,31%, tendo ocorrido 895 (oitocentas e noventa e cinco) baixas em 2016, ano em que a taxa de congestionamento se encontrava 77,51%.

A cobrança de processos com vista além do prazo é efetuada pela Secretaria a advogado via Diário de Justiça Eletrônico e mediante ofício, se for ao MP e à Defensoria Pública. Havia 18 (dezoito) processos em carga para o Ministério Público desde 25/04/2017, não constando carga em aberto para a Defensoria Pública nem para advogados.

Há bens apreendidos.

* Seguem, em anexo, planilhas com análise da tramitação processual de processos da Meta 02 e fora da Meta, relatórios do Portal de Metas e do Libra, gráficos do Banco de Dados da Secretaria de Informática do TJPA.

RECOMENDAÇÕES PARA O DIRETOR DE SECRETARIA:

1 – Agilizar o cumprimento de diligências nos processos que se encontram paralisados há mais de 100 (cem) dias, bem como atualizar no Sistema os que já tiveram diligências cumpridas, encaminhando informação a esta Corregedoria de Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias sobre as providências adotadas;

2 – Agilizar o andamento dos processos remanescentes da Meta 2 do CNJ;

3 – Cobrar, pelo menos, a cada 30 (trinta) dias, através da utilização de ferramenta de controle, a devolução dos mandados em poder dos oficiais de Justiça, fora do prazo, e *recebê-los sempre através do Sistema Libra*, havendo carga em aberto de 08 (oito) mandados desde 04/07/2016, devendo informar a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, o cumprimento da diligência;

5 – Adotar ferramenta de controle do prazo da carga de processos para o Ministério Público e Defensoria Pública, com cobrança periódica, pelo menos a cada 30 (trinta) dias, informando a esta Corregedoria a providência adotada, no prazo de 30 (trinta) dias;

6 – Providenciar a juntada, no Sistema Libra, das petições (intermediárias) pendentes de vinculação, atualizando o Sistema Libra quanto ao quantitativo das petições já juntadas, e encaminhando informação à Corregedoria de Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre as providências adotadas;

7 – Cumprir as cartas precatórias recebidas, por ato ordinatório, sempre que possível, e devolvê-las ao Juízo deprecante, em prazo razoável;

8 – Verificar antes do arquivamento dos processos, a necessidade de destinação de bens apreendidos, informando esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre o cumprimento da diligência;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E
CRIMINAL DA COMARCA DA MARABÁ



9 – Utilizar ferramenta de controle das cartas precatórias expedidas, para eventual cobrança de devolução, devendo ser efetuada a cobrança ao Juízo deprecado das que se encontram pendentes de devolução, comunicando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias sobre a providência adotada;

10 – Realizar resenha diária, para publicação dos atos judiciais, sempre que existentes;

11 – Proceder o arquivamento dos 22 (vinte e dois) processos sentenciados, pendentes de arquivamento/baixa e de outros que estejam na mesma situação, para evitar taxa irreal de congestionamento da Vara, comunicando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias sobre a providência adotada;

12 – Receber as 13 (treze) tramitações pendentes de recebimento.

RECOMENDAÇÕES PARA O MAGISTRADO:

1 – Agilizar a conclusão dos processos remanescentes da Meta 2 do CNJ;

2 – Despachar/sentenciar os processos conclusos há mais de 100 (cem) dias;

3 – Analisar, com urgência, os processos conclusos com pedido de liminar e tutela antecipada;

4 – Supervisionar, como gestor da unidade judiciária, a atividade do Diretor de Secretaria consistente em verificar, antes do arquivamento dos processos, a necessidade de destinação de bens apreendidos, informando esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre o cumprimento da diligência;

5 – Supervisionar, na qualidade de gestor da unidade judiciária, a atividade do Diretor de Secretaria referente à necessidade de arquivamento dos 22 (vinte e dois) processos sentenciados, pendentes de arquivamento/baixa e de outros que estejam na mesma situação, para evitar taxa irreal de congestionamento da Vara e de resenha diária para publicação de atos judiciais, comunicando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias sobre a providência adotada;

6 – Supervisionar, na qualidade de gestor da unidade judiciária, a atividade do Diretor de Secretaria com vistas ao recebimento das 13 (treze) tramitações pendentes de recebimento no Sistema Libra e à juntada, no Sistema Libra, das petições (intermediárias) pendentes de vinculação, atualizando o Sistema Libra quanto ao quantitativo das petições já juntadas, comunicando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias sobre a providência adotada;

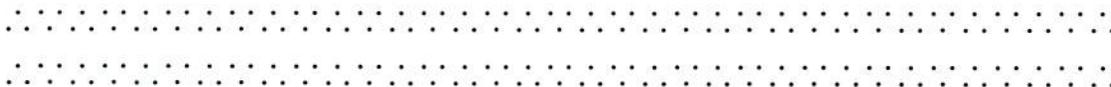
7 – Readequar as rotinas de trabalho da Vara, para cadastramento no Sistema Libra dos motivos de não realização/remarcação das audiências.

Marabá-PA, 19/05/2017.

**CORREIÇÃO
NA VARA
AGRÁRIA DA
COMARCA DE
MARABÁ**



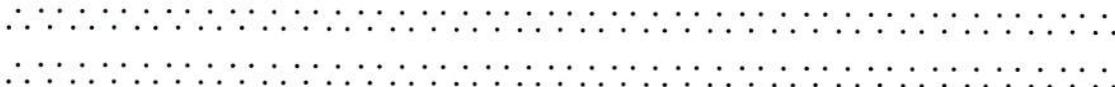
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



UNIDADE JUDICIÁRIA

2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MARABÁ

MAIO/2017



Dados cedidos pela Divisão de Banco de Dados do TJPA
Alimentados no Sistema pela Unidade Judiciária

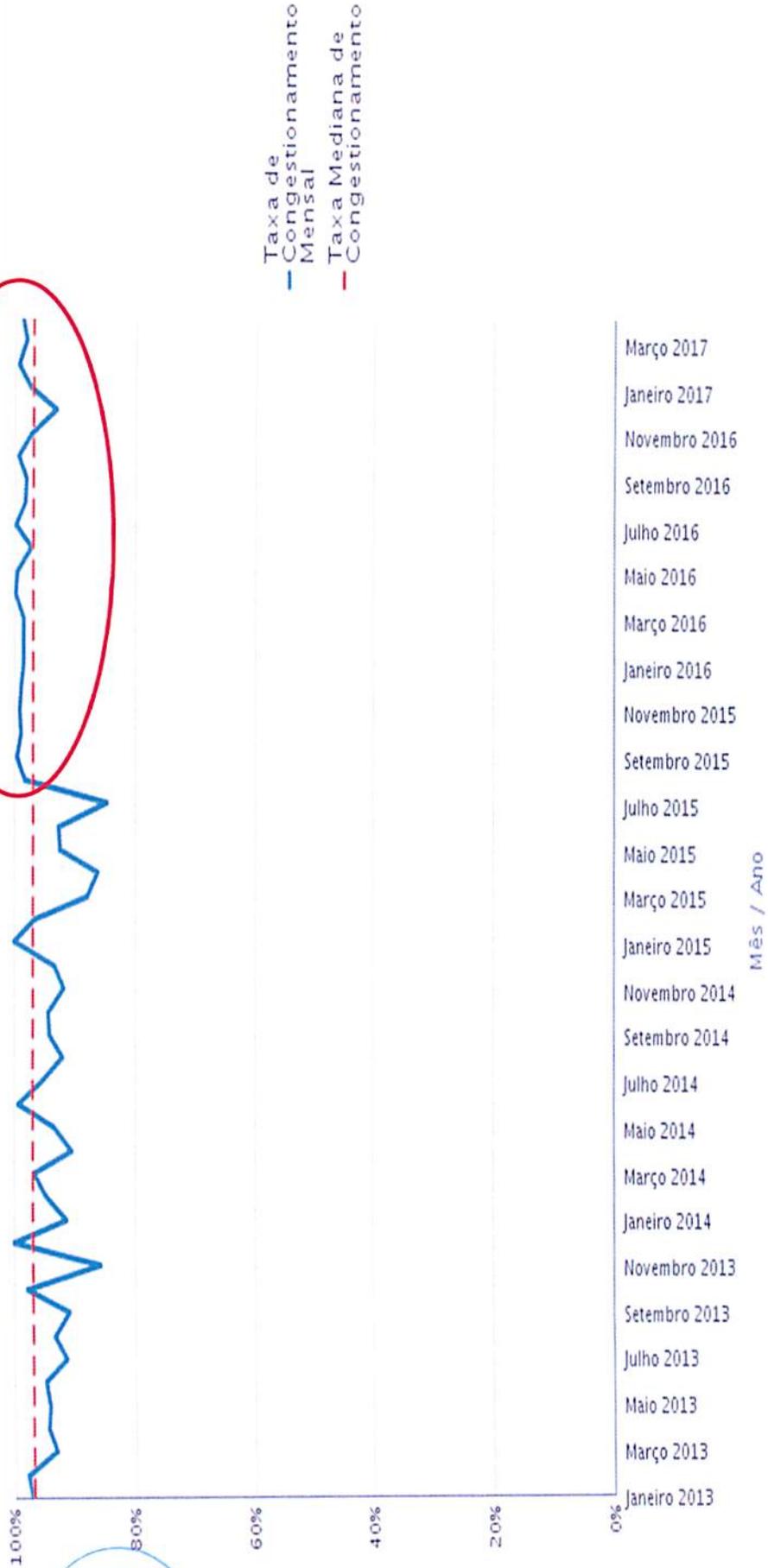
SubArea	Juizado Especial		
Lotação	2ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Marabá		
Localização			
Telefones			
E-mail Institucional			
Juiz Titular	Augusto Bruno de Moraes Favacho		
Nome	Vinculo	Grupo	Situação
Augusto Bruno de Moraes Favacho	Magistrados	Juiz Titular	Normal
Jailson Barbosa de Moura Leal	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Luiz Hiago Batista Costa	Estagiario	Estagiario	Normal
Moema Belusso	Efetivo	Efetivo	Normal
Nadia Alice Pereira de Sousa	Efetivo	Auxiliar Judiciario	Afastamento: Licenca maternidade: 03/03/2017 - 29/08/2017
Pamella Valente Jadjiski	Estagiario	Estagiario	Normal
SubArea	Juizado Especial		
Lotação	Gabinete da 2ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Marabá		
Localização			
Telefones			
E-mail Institucional			
Nome	Vinculo	Grupo	Situação
Anderson Sales da Silva	Exclusivamente Comissionado	Comissionado	Normal





* Taxa de Congestionamento calculada através da primeira equação estabelecida pelo CNJ. A linha azul aponta a evolução do congestionamento ao longo do tempo. A linha vermelha é a Taxa Mediana para o mesmo período. Congestionamentos mensais acima da mediana por longos períodos evidenciam anomalias (aumento dos casos novos e/ou diminuição de arquivamentos e/ou baixa produtividade).

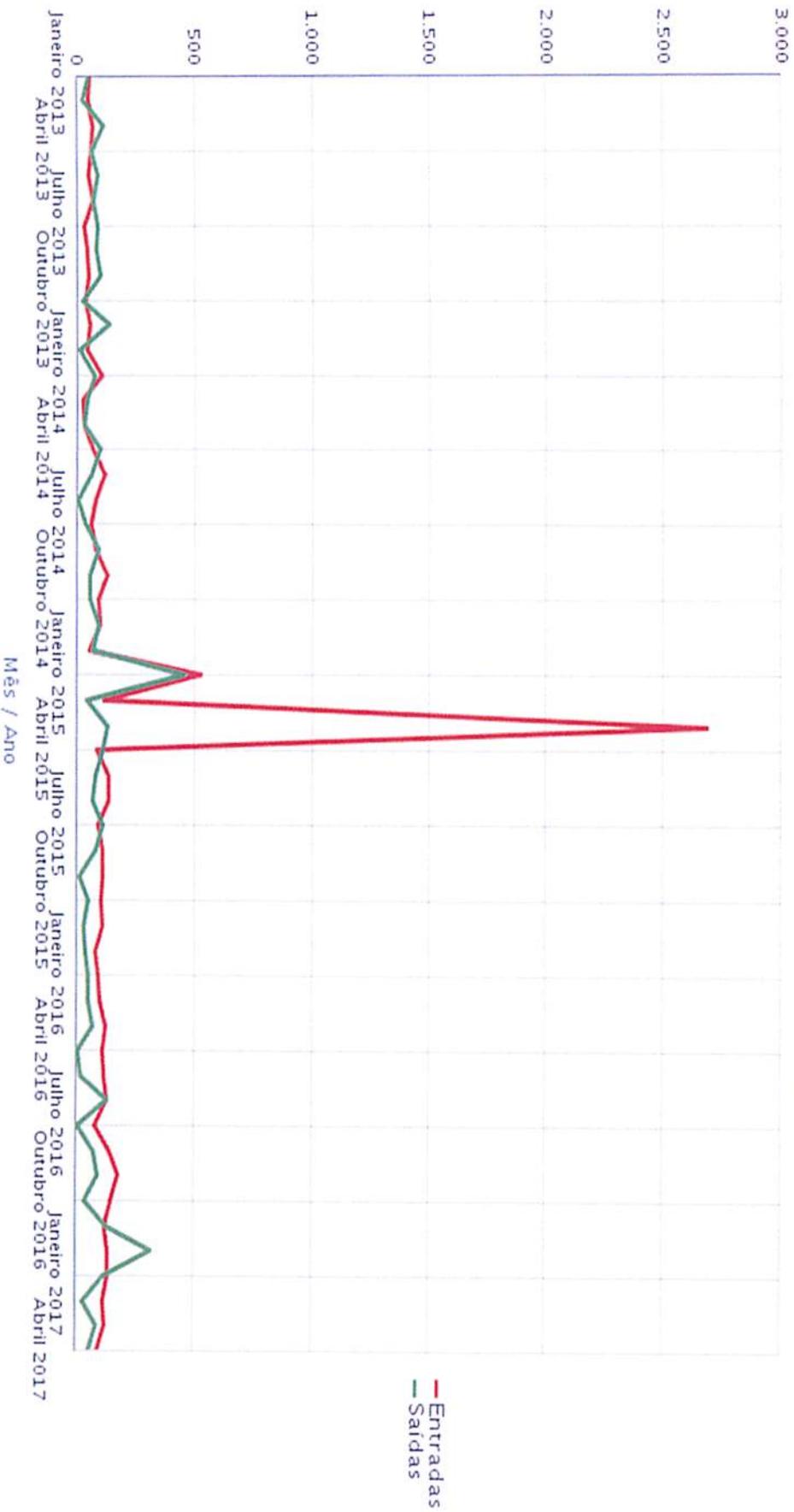
Evolução da Taxa de Congestionamento Mensal - 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MARABÁ





O gráfico "Evolução de Entradas e Saídas do Acervo" indica se a quantidade de arquivamentos de processos (baixas) vem acompanhando a evolução de entradas de novos processos, mensalmente. Pode apontar, ainda, a quantidade de processos novos, mensais, no acervo.

Série Histórica de Entradas e Saídas do Acervo - 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MARABÁ



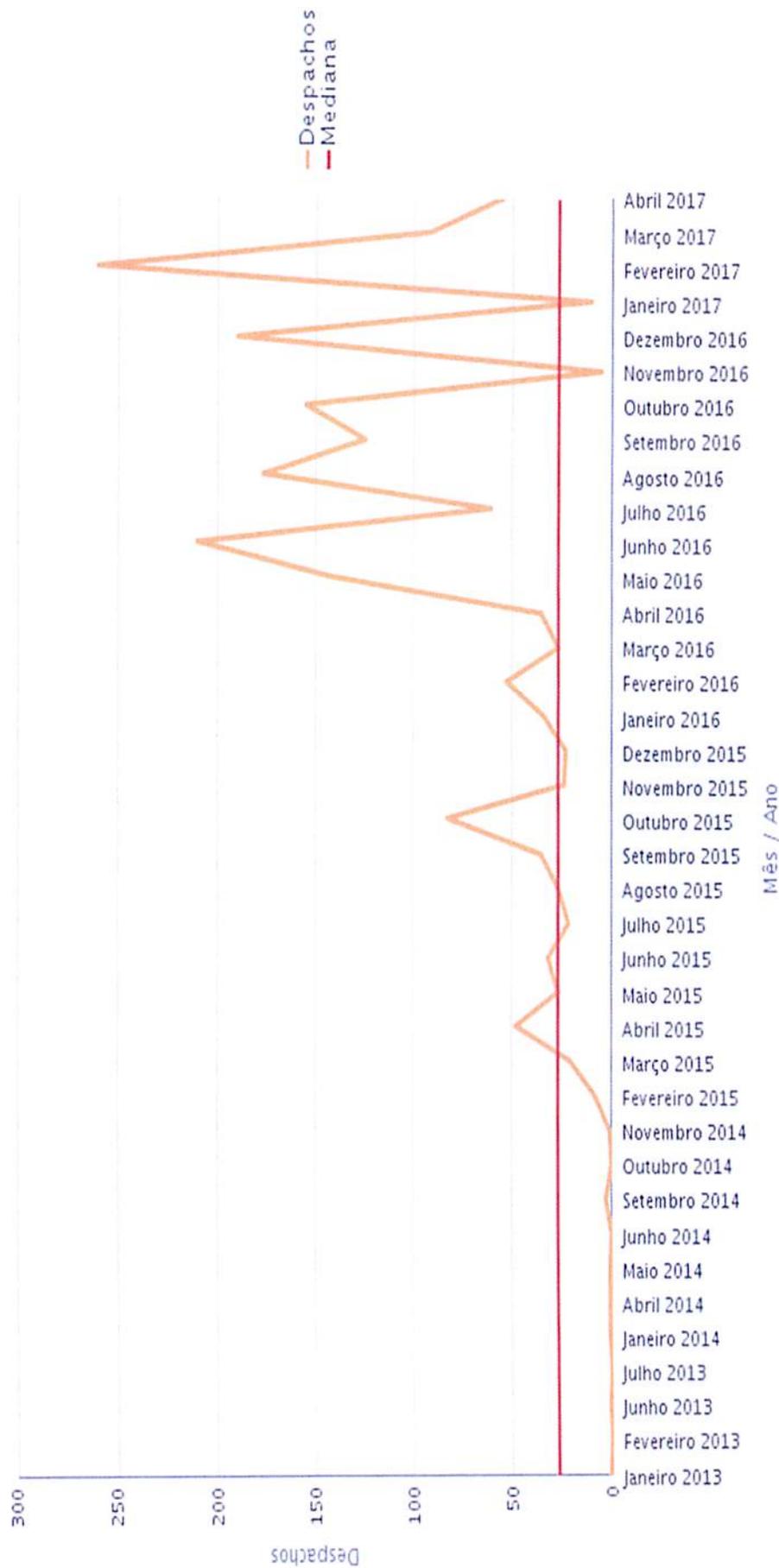
Fonte: Sistema Oracle R.L.





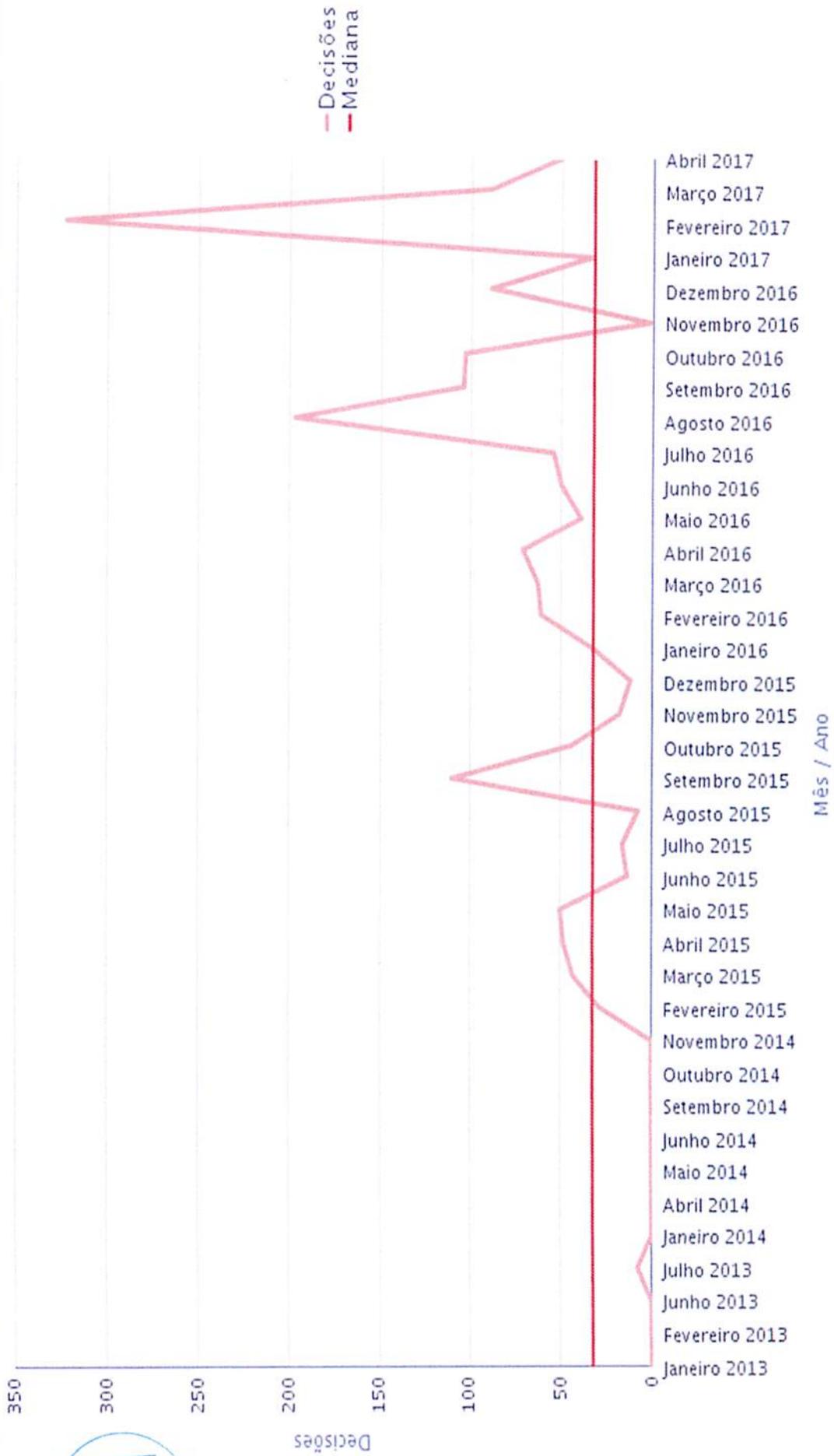
Os gráficos a seguir apontam a série histórica de despachos, decisões e sentenças, e foram produzidos, como todos os outros, a partir dos dados obtidos na Secretaria de Informática/Divisão de Banco de Dados do TJPA, que são alimentados pela Unidade Judiciária por meio de seus sistemas.

Despachos Mensais - 2º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MARABÁ



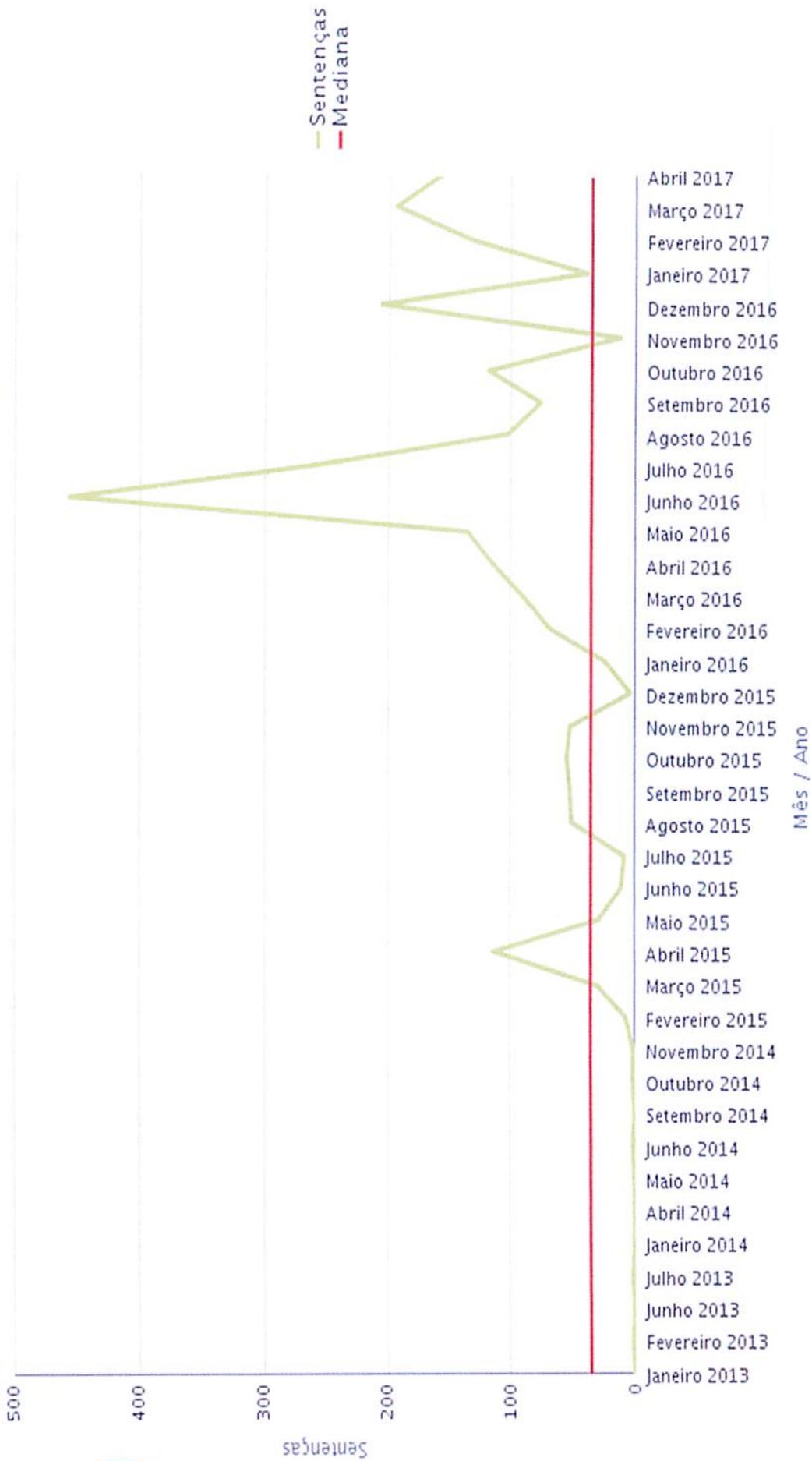


Decisões Mensais – 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MARABÁ



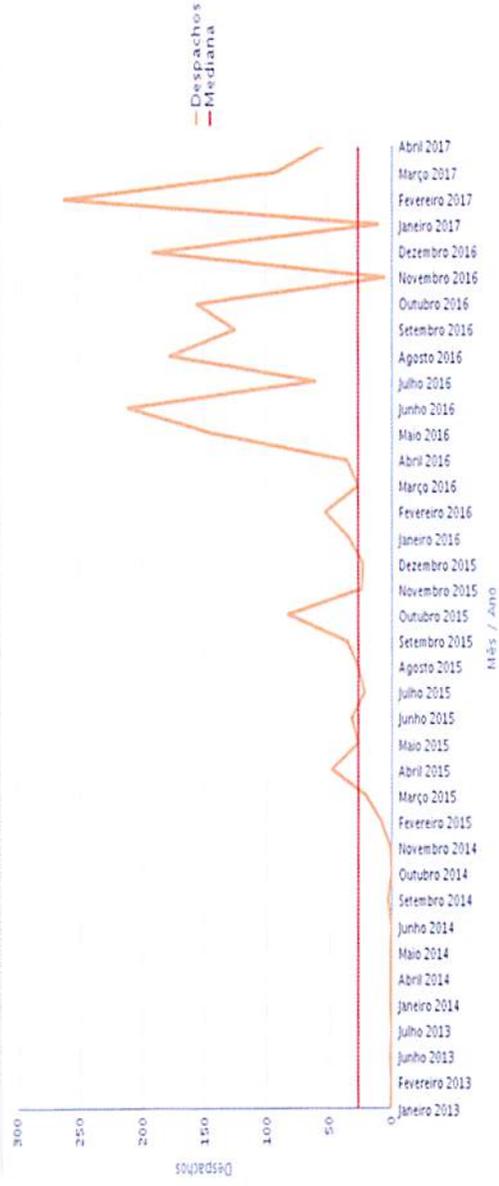


Sentenças Mensais – 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MARABÁ

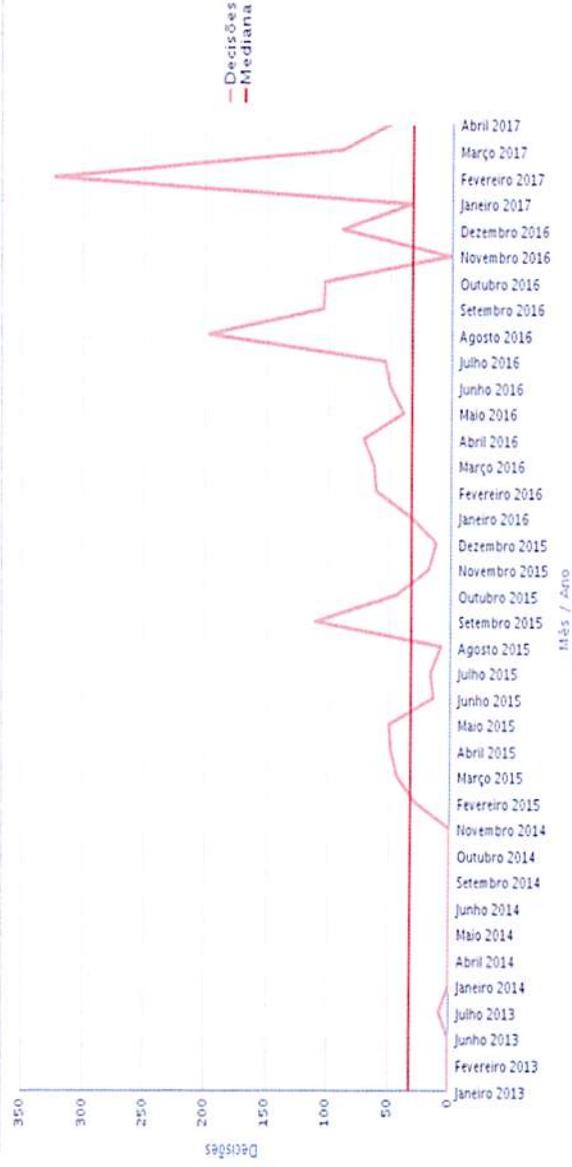




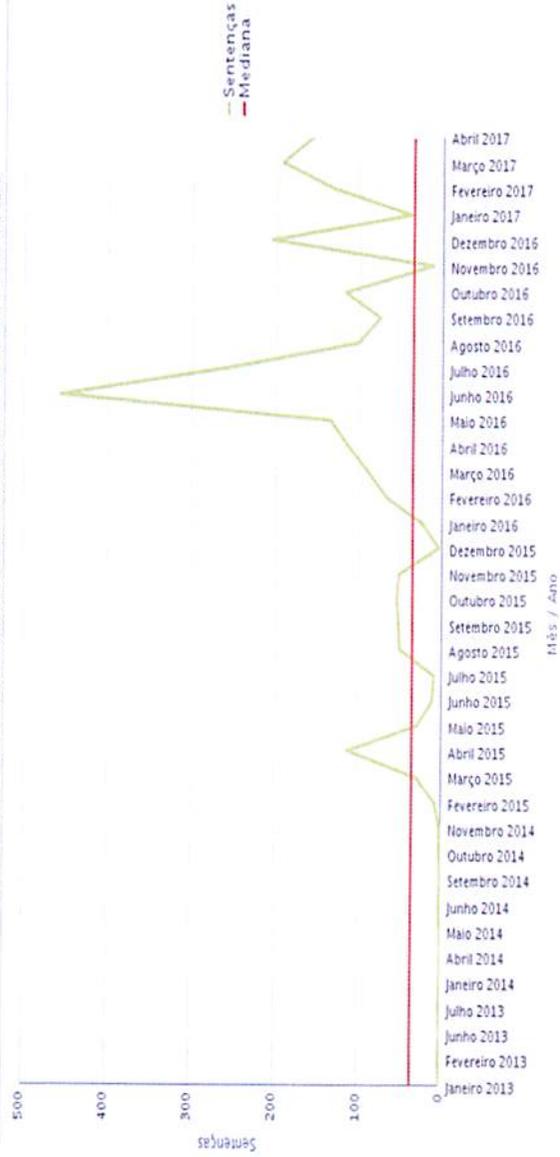
Despachos Mensais - 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MARABÁ



Decisões Mensais - 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MARABÁ



Sentenças Mensais - 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MARABÁ





Relatório de Produtividade do Usuário

Período: 01/01/2017 à 11/05/2017

2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL E CRIMINAL DE MARABÁ

Usuário(a)	Cadastros	Movimentações	Tramitações	Total
ANDERSON SALES DA SILVA	27	0	63	90
JAILSON BARBOSA DE MOURA LEAL	67	0	68	135
LUIZ HIAGO BATISTA COSTA	16	0	32	48
MARLENISE MENDES DA SILVA	165	19	161	345
NADIA ALICE PEREIRA DE SOUSA	17	0	41	58
PAMELLA VALLENTE JADJISKI	580	208	919	1707
TOTAL:	872	227	1284	2383



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO INTERNA ORDINÁRIA

COMARCA: VARA AGRÁRIA DE MARABÁ
EDITAL Nº 01/2017
PERÍODO: 15 a 19/05/2017
Desembargadora Corregedora: Vania Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
Juíza Corregedora: Mônica Maciel Soares Fonseca
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: Vara Agrária
1.2 COMPETÊNCIA: Feitos cíveis de envolvendo matéria agrária
1.3 MAGISTRADO (A): Dr. Amarildo José Mazutti - Portaria nº 036/2015-SJ.
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: Desde 18/05/2015 até os dias atuais
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: Prejudicado
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Prejudicado
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Prejudicado
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: () Boas () Regulares () Ruins Justificar: Prejudicado
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: () Boas () Regulares () Ruins Justificar: Prejudicado
2.6 MOBILIÁRIO: (x) Bom () Regular () Ruim Justificar: A mobília é antiga, mas atende às necessidades da Vara.
2.7 SEGURANÇA: () Boa () Regular () Ruim



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA – VARA AGRÁRIA DE MARABÁ

Justificar: Prejudicado		
2.8 ACESSIBILIDADE: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado		
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado		
3. MAGISTRADOS		
3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dr. Amarildo José Mazutti - desde 18/05/2015		
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Somente substitutos e nos períodos das ausências dos magistrados especificados no item 3.7		
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: Compensação de plantão – 27, 28 e 29/10/2015 - DJ 5.841/2015, de 15/10/2015 Férias – 03/11 a 02/12/2015 – DJ 5.856/2015, de 10/11/2015 Férias – 02 a 31/05/2016 – DJ 5.959/2016, de 02/05/2016 Licença Médica – 01 a 30/06/2016 – DJ 5.979/2016, de 01/06/2016 Compensação de plantão – 19/12/2016 – DJ 6.109/2016, de 15/12/2016		
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: Sim, com 100ª Zona Eleitoral.		
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES: O magistrado frequentemente interage com a população através de audiências públicas e promove inspeções agrárias em locais de conflitos possessórios, na presença de grande público.		
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: Foi implementado um sistema mais célere no que tange às decisões liminares, eis que não mais se adota a prática de aguardar a resposta dos órgãos fundiários para a sua prolação, o que, outrora, na maioria dos casos, levava anos para acontecer.		
3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:		
JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
Claudia Regina Moreira Favacho Moura	25/07/2007	22/04/2013
Eduardo Antonio Martins Teixeira	24/05/2010	30/06/2010
Emerson Benjamin Pereira de Carvalho	07/01/2011	05/02/2011
Cristiano Magalhães Gomes	16/12/2011	19/12/2011
	02/05/2012	31/05/2012
	30/10/2012	24/11/2012
Jonas Da Conceição Silva	23/04/2012	27/04/2012
	02/07/2012	08/12/2013
Sara Augusta Pereira de Oliveira	05/06/2012	30/06/2012
Celso Quim Filho	18/10/2012	29/10/2012
Elaine Neves De Oliveira	26/11/2012	15/12/2012



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA – VARA AGRÁRIA DE MARABÁ



Alexandre Hiroshi Arakaki	17/06/2013	21/06/2013
Wilker André Vieira Lacerda	22/08/2013 30/08/2013	25/08/2013 09/09/2013
Adriana Karla Diniz Gomes da Costa	01/02/2015 01/03/2015	28/02/2015 21/02/2015
Caroline Slongo Assad	23/02/2015 28/02/2015	27/02/2015 10/04/2015
Amarildo José Mazutti	22/04/2015	Até os dias atuais

4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):

4.1 GABINETE:

Nome: Leandro Ávila Ramalho
Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária – Assessor do Juízo
Ato de nomeação: Portaria nº 107/2013 - GP

4.2 SECRETARIA:

Nome: Alline Nazareth Raiol Sousa Pereira
Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária - Diretora de Secretaria
Ato de nomeação: Portaria nº 1.228/2006 - GP

Nome: Dymas Soares Almeida
Cargo: Auxiliar Judiciário
Ato de nomeação: Portaria nº 902/2011 - GP

Nome: Ana Elisa Braga Mendonça
Cargo: Auxiliar Judiciário
Ato de nomeação: Portaria nº 0135/2012 - GP

4.3. OUTROS SETORES:

Nome: Roberto Gilson Pereira de Souza
Cargo: Oficial de Justiça
Ato de nomeação: Portaria nº 1.262/2006 - GP

Nome: Antonio Ederaldo Vieira de Souza
Cargo: Oficial de Justiça
Ato de nomeação: Portaria 1.308/2001 - GP

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

Dra. Jane Cleide Silva Souza – Desde 03/04/2013

5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:

Titular

5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?

Sim, com a Coordenadoria do Ministério Público do Polo Marabá

5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

Dr. Rogério Siqueira Santos – Desde 11/10/2013

5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:

Titular



5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Não
6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL
6.1 VEÍCULOS A Vara Agrária de Marabá tem à sua disposição o Veículo L200 Triton – Placa JKO 4111, de propriedade do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, para o cumprimento de diligências, transporte da equipe para realização de audiências e inspeções judiciais diversas dentro e fora da Comarca de Marabá, afetas somente a este Juízo.
6.1.1 FROTA: 01 Automóvel Marca Mitsubishi L200 Triton – Placa JKO 4111
6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? (X) Sim () Não Justificar:
6.2 INFORMÁTICA: Computadores: 06; Notebook: 02; Scanner: 03. Nobreak: cada computador tem o seu nobreak.
6.2.1 ACESSO À INTERNET: (X) Bom () Regular () Ruim Justificar: Esta Vara conta com o apoio dos técnicos do Fórum da Comarca de Marabá para a resolução de eventuais problemas no que tange à informática
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): 08 Tal quantidade é considerada suficiente? Sim
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: Libra
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): agrariamaraba@tjpa.jus.br Quem é responsável por verificar o e-mail da unidade? Todos os servidores. Com que frequência? Diariamente.
7. SECRETARIA JUDICIAL
7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? (X) Bom () Regular () Ruim Justificar: A Secretaria zela pela conservação dos autos, e quando os mesmos se encontram com as capas desgastadas pelo constante manuseio, elas são trocadas por novas.
7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar: Os documentos e pastas se encontram em local de fácil localização e organizados em armário apropriado.
7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA – VARA AGRÁRIA DE MARABÁ



Justificar: A Secretaria da Vara Agrária é diligente na tramitação interna/libra, visto que facilita a localização exata dos autos e, principalmente por ocasião do atendimento aos advogados e jurisdicionados.

7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?

(X) Sim () Não

Justificar:

7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES?

(X) Sim () Não

Justificar: Há necessidade de realização de treinamento básico em informática, considerando que nas atividades do dia a dia acontecem situações de simples resolução, que poderiam ser sanadas com um treinamento pelo pessoal de informática, gerando, assim, um desafogamento nos seus serviços. Da mesma forma, há necessidade de constante aperfeiçoamento funcional no que tange às diversas áreas do Direito, afetas às atividades das Unidades Judiciárias.

7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA?

(X) Sim () Não

Justificar:

Para quando está pauta de audiência? 17/08/2017

Em quais dias da semana são realizadas audiências? Segunda a sexta

Quantas audiências são realizadas por dia, em média? De 01 a 04, dependendo da necessidade de agendamento.

Os motivos da não realização/ remarcação de audiência são inseridos no Sistema Libra? Não

7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?

() Sim (X) Não

Justificar:

7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA?

Diariamente, desde que haja despacho/decisão a ser publicada.

8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA

TOTAL GERAL 2015:

Despacho: 319

Decisão Interlocutória: 58

Sentença: 12

Audiência: 54

TOTAL GERAL 2016:

Despacho: 347

Decisão Interlocutória: 304

Sentença: 48

Audiência: 81

TOTAL GERAL 2017 (até a véspera da correição):

Despacho: 124



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA – VARA AGRÁRIA DE MARABÁ

Decisão Interlocutória: 82 Sentença: 15 Audiência: 07	
8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FÍSICA	QUANTIDADE
CIVEIS	
CÍVEIS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)	47
CÍVEIS – META 4/2017-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014)	-
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	-
CÍVEIS – META 6/2017 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014)	-
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	-
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	-
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	90
CRIMINAIS	
PENAS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)	-
PENAS – META 4/2017-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014	-
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	-
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	-
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	-
EXECUÇÃO PENAL	-
PENAS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	-
INFÂNCIA E JUVENTUDE	
ATO INFRACIONAL	-
SITUAÇÃO DE RISCO	-
TUTELA	-
GUARDA	-
ADOÇÃO	-
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	-
CARTAS PRECATÓRIAS	
PRECATÓRIAS CÍVEIS	-
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	-
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	-
TOTAL – QUANTIDADE IDÊNTICA À CONTAGEM FÍSICA	137
Feitos com Tramitação Externa	55
Contagem Física + Tramitação externa	192
ACERVO LIBRA	Acervo total: 323 Acervo ativo: 201
9. INDICADORES GERAIS	



9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET:

(X) Sim () Não

Justificar:

9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2017-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)

Observações CJCI: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA.

ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2015	13	31
2016	90	43
2017 (até maio)	09	16

9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:

(X) Sim () Não

Justificar: Conforme orientação do manual de rotinas.

9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:

- (1) INICIAIS;
- (5) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ
- (-) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;
- (2) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS:
- (3) IDOSO;
- (-) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;
- (-) AÇÕES DE ALIMENTOS;
- (-) RÉU PRESO;
- (-) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;
- (-) ALVARÁ DE SOLTURA;
- (4) POR ORDEM CRONOLÓGICA
- (-) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;
- (-) OUTRO

OBSERVAÇÕES:

9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	x	
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS		x
BACENJUD		x
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		x
INFOJUD		x
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES		x
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS		x
INFOSEG		x
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI		x
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO		x



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA – VARA AGRÁRIA DE MARABÁ

CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA		X
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA		X
BNMP (Resolução 137 do CNJ)		X
9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE? () Sim () Não Justificar: Prejudicado		
10. INDICADORES CÍVEIS		
10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013): Acervo da meta: 103 Alvo: 82 Julgados: 67 Grau de cumprimento: 81,31% Necessidade de julgamento: 15 <u>META NÃO CUMPRIDA</u>		
10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: Prejudicado		
10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 60% DAS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014): 00		
10.4 PENDÊNCIAS Apreciação de liminar ou antecipação de tutela: 00		
11. INDICADORES CRIMINAIS		
11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013): Prejudicado		
11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: Prejudicado		
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: Prejudicado		
11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: () Sim () Não Justificar: Prejudicado		
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: () Sim () Não Justificar: Prejudicado		
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? () Sim () Não		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA – VARA AGRÁRIA DE MARABÁ



Justificar: Prejudicado
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2017-ENASP/CNJ (AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA INICIADAS ATÉ 31/12/2012 E QUE NÃO TENHAM SIDO JULGADAS ATÉ A DATA CORREIÇÃO): Quantidade de processos em andamento de competência do Júri distribuídos até 31/12/2012: Prejudicado
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: Prejudicado
12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: Prejudicado
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: Prejudicado
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: Prejudicado
12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: Prejudicado
12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: () Sim () Não Justificar: Prejudicado
12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? Prejudicado
12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES? Prejudicado
12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? Prejudicado
13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL
13.1 EXISTEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUIZO SENTENCIANTE? () Sim () Não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA – VARA AGRÁRIA DE MARABÁ

Justificar: Prejudicado
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? Prejudicado
13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? Prejudicado
13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? Prejudicado
13.7 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? Prejudicado
14 PRECATÓRIAS
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 00
14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: 00
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 00
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Através de e-mail, ofícios e telefonemas.
15 INQUÉRITOS POLICIAIS
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: Prejudicado
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: Prejudicado
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: Prejudicado
16 PETIÇÕES:
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 01



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA – VARA AGRÁRIA DE MARABÁ



16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 01		
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 03		
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 57		
Obs: O Libra possui 475 petições pendentes de juntada.		
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 57		
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 53		
17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA		
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 00		
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 33		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 00		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 00		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 50		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA (ATÉ A VÉSPERA DA CORREIÇÃO):		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
ROBERTO GILSON PEREIRA DE SOUZA	-	-
ANTONIO EDERALDO VIEIRA DE SOUZA	01	23/03/2017
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? O controle é feito por verificação no sistema Libra, porém, não há registros de prazo extrapolado pelos Oficiais de Justiça em se tratando de mandados desta Vara.		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	52	27/07/2016
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	02	28/04/2017
17.7.3 ADVOGADO	01	22/03/2017
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? O controle é feito mediante verificação pelo sistema Libra e também pela conferência da pasta e caderno de carga rápida.		
18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? () Sim () Não		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA – VARA AGRÁRIA DE MARABÁ

Justificar: Prejudicado		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? () Sim () Não Justificar: Prejudicado		
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? () Sim () Não Justificar: Prejudicado		
18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
NÃO HÁ BENS APREENDIDOS		
18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? () Sim () Não Justificar: Prejudicado		
18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)? () Sim () Não Justificar: Prejudicado		
19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS		
19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? (X) Sim () Não		
19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? (X) Sim () Não Justificar:		
19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS? (X) Sim () Não Justificar: Os processos em que as partes não manifestaram interesse em haver valores. Em anexo segue relatório dos processos com depósitos judiciais sem movimentação há mais de três anos.		
19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL? (X) Sim () Não A chefe da UNAJ em Marabá é a servidora Alessandra Gomes Heringer.		
19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO? () Sim () Não Justificar: Prejudicado		
19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA? (X) Sim () Não Justificar:		



Sim, e os processos não são arquivados sem antes serem efetuados os procedimentos de cobrança e efetivo pagamento pelas partes. Em caso de não pagamento, são tomadas as providências para inclusão em dívida ativa, conforme previsão legal.

20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:

Os servidores foram treinados igualmente pela Diretora de Secretaria para desempenharem as diversas tarefas da serventia, sendo que todos devem saber executá-las com cautela e diligência, a fim de suprirem, com a devida qualificação, eventuais faltas dos colegas de trabalho, não prejudicando, assim, a celeridade no cumprimento de suas tarefas;

As intimações para audiências são realizadas em tempo hábil, com as devidas formalidades legais;

Os processos sentenciados, com liminares deferidas, com audiências marcadas e tendo como partes idosos têm cumprimento preferencial, devidamente identificados;

O cumprimento das ordens judiciais (decisões, sentenças e acórdãos) pendentes de cumprimento são efetuados, quando necessário, por força policial especializada, que acompanha os Oficiais de Justiça nas diligências e, quando possível, tendo em vista o número relativamente pequeno de ocupantes de determinada área rural, o cumprimento é feito pelos meirinhos desta Vara, ocasionalmente acompanhados pela DECA – Delegacia de Conflitos Agrários e, quando necessário, pelo CME – Comando de Missões Especiais.

Os processos são tramitados internamente no sistema LIBRA e organizados em escaninhos identificados por fase processual, em armários, visando sua rápida localização pelos servidores;

A equipe da Secretaria movimentava processos diariamente, com expedição de ofícios, mandados, cartas de intimação, publicações de atos judiciais no DJE, tramitações externas e internas, e demais cumprimentos necessários, tudo devidamente alimentado no sistema de acompanhamento processual LIBRA;

Não existem processos em pré-conclusão na Secretaria;

Atualmente a Vara Agrária conta com duas servidoras na Secretaria. Há dois oficiais de justiça, efetivos, que trabalham e são lotados na Vara Agrária de Marabá. O gabinete conta com um assessor do quadro efetivo do TJPA.

A Secretaria arquivava processos com as devidas cautelas, sempre observando a efetivação do pagamento antecipado das custas devidas, e, caso necessário, o envio de certidões à dívida ativa, antes do arquivamento definitivo dos autos.

A Secretaria diligencia na cobrança antecipada das custas processuais, realizando o cumprimento das diligências após a demonstração de sua quitação nos autos.

A Secretaria adota o manual de rotinas cíveis como padrão para suas rotinas de trabalho.

A mobília é antiga, porém atende às necessidades da Vara.

Foram encontrados 21 processos que não aparecem na lista do Libra, não sabendo precisar o motivo, porém os mesmos são cadastrados no sistema:

0000606-87.2009.814.0028
0002052-90.2007.814.0028
0007238-59.2007.814.0028
0004977-67.2012.814.0028
0000317-98.2010.814.0125
0006676-93.2012.814.0028
0007713-87.2014.814.0028
0003368-15.2013.814.0028
0000261-06.2017.814.0130
0000899-27.2002.814.0028
0009038-68.2012.814.0028
0019020-38.2014.814.0028
0000683-69.2012.814.0028
0008855-97.2012.814.0028
0003369-97.2013.814.0028
0005919-65.2013.814.0028



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA – VARA AGRÁRIA DE MARABÁ

0000582-92.2012.814.0104
0000044-84.2009.814.0028
0006193-88.2009.814.0028
0003172-32.2003.814.0028
0002343-48.2005.814.0028

21 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:

Considerando o bom desempenho da Secretaria na prestação de suas funções, este Juízo recomenda que sejam adotadas medidas destinadas ao aprimoramento no cumprimento de suas atribuições e, quanto aos servidores, a busca constante pelo aperfeiçoamento funcional.

22. CORREGEDORIA DO INTERIOR

A Vara Agrária de Marabá possui competência para feitos cíveis em matéria agrária, tendo como Juiz titular o Dr. Amarildo José Mazutti, desde 18/05/2015. O Magistrado está cumulando suas funções com a 100ª Zona Eleitoral.

O Juizado Especial criminal do Meio Ambiente é adjunto e fica vinculado à jurisdição do Juiz da Vara.

De acordo com a contagem física mais feitos com tramitação externa, há 192 (cento e noventa e dois) processos em tramitação na Vara, constando do Sistema Libra o número 201 (duzentos e um) processos do acervo ativo e 323 (trezentos e vinte e três) feitos no total.

A resenha para publicação é feita diariamente, sempre que há ato judicial a publicar.

A Secretaria da Vara é organizada, tramitando os feitos por fase processual.

Com relação à Meta 1 do CNJ, foi cumprida no ano de 2015, não tendo sido cumprida no ano de 2016. Alcançou grau de cumprimento no ano de 2017 até a data da correição.

A Meta 2 do CNJ ainda não foi cumprida pela Vara Agrária, tendo alcançado o percentual de 81,31% do total que precisa ser alcançado. O acervo da referida Meta é de 103 (cento e três) processos, havendo necessidade de julgamento de 15 (quinze) feitos para o cumprimento.

Não havia processos paralisados há mais de 100 (cem) dias em Secretaria por falta de cumprimento. Existiam, de acordo com o Sistema Libra, 33 (trinta e três) processos paralisados por falta de cumprimento de ato judicial há menos de 100 (cem) dias;

Ainda de acordo com o Sistema, não havia processos conclusos há mais de 100 (cem) dias, tendo sido identificados 50 (cinquenta) processos conclusos há menos de 100 (cem) dias.

Havia 33 (trinta e três) processos sentenciados sem arquivamento/baixa no Sistema e 1287 (mil, duzentas e oitenta e sete) tramitações pendentes de recebimento na unidade.



Existia 01 (uma) inicial pendente de autuação e conclusão e 03 (três) pendentes de despacho. De acordo com a Diretora de Secretaria, havia 57 (cinquenta e sete) petições intermediárias não juntadas e não remetidas à conclusão, no entanto, o Sistema Libra apontava 457 (quatrocentas e cinquenta e sete) petições nessa situação. Havia 53 (cinquenta e três) intermediárias não despachadas.

São realizadas em média 01 (uma) a 04 (quatro) audiências por dia, de segunda a sexta feira, encontrando-se a pauta com audiência marcada até 17 de agosto de 2017. Os motivos da não realização/remarcação das audiências não são cadastrados no Sistema Libra.

A distribuição de mandados a Oficiais de Justiça é feita pelo Sistema Libra e o controle também é feito pelo Sistema. De acordo com o Sistema Libra, a carga em aberto mais antiga de mandados com Oficial de Justiça datava de 23/03/2017 (01mandado).

Não havia cartas precatórias em tramitação. A cobrança de precatórias expedidas e não devolvidas é feita através de e-mail, ofícios e telefonemas.

Para os depósitos judiciais, é aberta conta única, havendo processos com depósitos judiciais na unidade judiciária, alguns sem movimentação há mais de 03 (três) anos (nos quais as partes não manifestaram interesse em receber valores).

De acordo com o Coordenador de Estatísticas do TJPA, a taxa de congestionamento da Vara Agrária de Marabá se encontra em 100%, tendo ocorrido 43 (quarenta e três) baixas em 2016, ano em que a taxa de congestionamento se encontrava 86.73%.

Havia 52 (cinquenta e dois) processos com carga mais antiga ao Ministério Público, desde 22/07/2016, 02 (dois) com carga à Defensoria Pública desde 28/04/2017 e 01 (um) com carga em aberto mais antiga para advogado datada de 22/03/2017. O controle é feito pelo Sistema Libra e também por conferência em pasta e caderno de carga rápida.

Não há bens apreendidos.

* Seguem, em anexo, análise, por amostragem, de processos da Meta 2 do CNJ e fora da referida Meta, relatório extraído do Portal de Metas, gráficos do Banco de Dados da Secretaria de Informática do TJPA.

RECOMENDAÇÕES PARA A DIRETORA DE SECRETARIA:

1 – Agilizar o cumprimento de diligências nos processos que se encontram paralisados em Secretaria, como, por exemplo: nº 0000063-58.2005.814.0107; nº 0007565-94.2008.814.0028, que se encontram incluídos na Meta 2 do CNJ (análise, em anexo);



- 2 – Agilizar o andamento dos processos remanescentes da Meta 2:
- 3 – Efetuar controle do prazo da carga de processos para o Ministério Público, para advogados e Defensoria Pública, com cobrança periódica, pelo menos a cada 30 (trinta) dias, fazendo cobrança dos que se encontram com carga desde 27/07/2016, com o MP e desde 22/03/2017 com advogados, informando a esta Corregedoria o cumprimento da diligência, no prazo de 30 (trinta) dias:
- 4 – Providenciar a juntada, no Sistema Libra, das petições físicas (intermediárias) pendentes de vinculação e encaminhá-las à conclusão, atualizando o Sistema Libra quanto ao quantitativo das petições já juntadas, e encaminhando informação à Corregedoria de Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre as providências adotadas;
- 5 – Dar baixa no Sistema dos processos concluídos, que não estão mais em tramitação, para evitar taxa irreal de congestionamento, encontrando-se a taxa em 100%, devendo ser informado a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, o cumprimento da diligência, para que seja adequado o quantitativo de processos físicos com a informação constante do Sistema Libra com relação a processos ativos;
- 6 – Receber no Sistema as tramitações pendentes de recebimento, que se encontram em número elevado (1287), comunicando a esta Corregedoria de Justiça a regularização da pendência, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 7 – Movimentar os processos com subcontas paralisadas há mais de 03 (três) anos, informando a esta Corregedoria a providência adotada, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 8 – Autuar petições iniciais pendentes de autuação e encaminhá-las a conclusão do Magistrado.

RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:

- 1 – Agilizar a conclusão dos processos remanescentes da Meta 2 do CNJ:
- 2 – Cobrar da Secretaria a conclusão diária das petições iniciais e dos processos com petições intermediárias pendentes de juntada:
- 3 – Supervisionar, como gestor da unidade judiciária, a atividade da Diretora de Secretaria consistente em promover as baixas necessárias no Sistema, com relação a processos já concluídos, para redução da taxa de congestionamento que se encontra em 100%, informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada:
- 4 – Supervisionar, na qualidade de gestor da unidade judiciária, a atividade da Diretora de Secretaria para movimentação dos processos com subcontas



paralisadas há mais de 03 (três) anos, informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada:

5 – Readequar as rotinas de trabalho da Vara, para cadastramento no Sistema Libra dos motivos de não realização/remarcação das audiências, informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada:

6 – Dar prosseguimento aos processos que aguardam decisão judicial, entre os quais os de nº 0010717-84.2015.8.14.0065 e nº 0003290-90.2014.8.14.0123, este último concluso em 28/03/2017, para análise de acordo extrajudicial firmado pelas partes (análise, em anexo).

Marabá, 19/05/2017.



Libra Arrecadação Relatórios Sispe SDJ Ajuda

Configurações

RESUMO DIÁRIO

Audiência do dia	1
Carga MP/Advogado/Defensor/Outros	55
Documentos pendentes de Assinatura / Impressão em Lote	4680
Mandados encaminhados há mais de 30/60 dias e não Distribuídos	8
Mandados distribuídos e não cumpridos há mais de 30/60 Dias	5
Processos conclusos para despacho	50
Processos conclusos para sentença	0
Tramitações a receber	1287
Total de Processos em Tramitação (incluindo os julgados)	189
Total de Processos Distribuídos no mês Atual	3
Total de Processos Arquivados no mês Atual	6
Total de Alvarás de Soltura em Atraso	0
Total de Processos para Conclusão	0
Total de Processos não devolvidos	76
Total de Processos com Improbidade Administrativa	0
Processos sem movimentação há mais de 100 dias	3
Processos Conclusos ao Gabinete há mais de 100 dias	0
Petições Pendentes de Juntada	468
Petições do Protocolo Integrado Pendentes de Juntada	7
Acervo Total	323
Acervo Ativo	201
Acervo Inativo	122
Notificações	51 - 6
Idosos Postulantes	43
Processos candidatos a ação coletiva	5
Lista da Secretaria (Art 153, Lei nº 13105/2015)	32
Lista do Gabinete (Art. 12 c/c Art. 1.046 da Lei nº 13.105/2015)	0
Lista do G. binete Extra-Pauta 2º Grau	0
Lista de Processos Arquivados Provisoriamente	5

Thaiza Martins Pereira, Origem:
SECRETARIA DA VARA AGRÁRIA CIVIL DE MARABÁ

Câmara: Trocar Sair



NOVAS FUNCIONALIDADES

O Sistema LIBRA passa a disponibilizar de funcionalidade que alerta os gabinetes da existência de petições pendentes de julgamento. Para maiores detalhes, vide **Manual**.

RESUMO DIÁRIO SECRETARIA CONHECIMENTO PENAL

Documentos Pendentes de Tramitação

Documentos Devolvidos

SUSIPE

Sec Segurança Pública (SSP)

Documentos Incompletos

Documentos Enviados

Outras Opções

Thaiza Martins Pereira, Origem:

SECRETARIA DA VARA AGRARIA CIVEL DE MARABÁ

Câmara: Trocar Sair

**CORREIÇÃO NA
NO JUIZADO
ESPECIAL
AMBIENTAL
CRIMINAL DA
COMARCA DE
MARABÁ**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JUIZADO ESPECIAL
CRIMINAL AMBIENTAL DE MARABÁ



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: MARABÁ
EDITAL Nº 01/2017
PERÍODO: 15 a 19/05/2017
Corregedora: Desembargadora Vania Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
Juíza Corregedora: Dra. Mônica Maciel Soares Fonseca
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: Juizado Especial Criminal Ambiental de Marabá
1.2 COMPETÊNCIA: Crimes ambientais de menor potencial ofensivo
1.3 MAGISTRADO (A): Dr. Amarildo José Mazutti
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: Desde 18/05/2015
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: Prejudicado
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Prejudicado
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Relacionar e descrever: Prejudicado
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: () Boas () Regulares () Ruins Justificar: Prejudicado
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: () Boas () Regulares () Ruins Justificar: Prejudicado
2.6 MOBILIÁRIO: (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:
2.7 SEGURANÇA: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado
2.8 ACESSIBILIDADE: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JUIZADO ESPECIAL
CRIMINAL AMBIENTAL DE MARABÁ

2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado		
3. MAGISTRADOS		
3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dr. Amarildo José Mazutti – Desde 18/05/2015		
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Identificados no item 3.7		
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: Compensação de plantão: 27, 28 e 29/10/2015 (DJ 5841/2015, de 15/10/2015) Férias: 03/11 a 02/12/2015 (DJ 5856/2015, de 10/11/2015) Férias: 02 a 31/05/2016 (DJ 5959/2016, de 02/05/2016) Licença Médica: 01 a 30/06/2016 (DJ 5979/2016, de 01/06/2016) Compensação de plantão: 19/12/2016 (DJ 6109/2016, de 15/12/2016)		
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: Sim, com a 100ª Zona Eleitoral e Vara Agrária de Marabá.		
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES Relacionar e descrever: Não		
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: Relacionar e descrever: Não.		
3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:		
JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
Claudia Regina Moreira Favacho Moura	25/07/2007	22/04/2013
Eduardo Antonio Martins Teixeira	24/05/2010	30/06/2010
Emerson Benjamin Pereira de Carvalho	07/01/2011	05/02/2011
Cristiano Magalhães Gomes	16/12/2011	19/12/2011
	02/05/2012	31/05/2012
	30/10/2012	24/11/2012
Jonas da Conceição Silva	23/04/2012	27/04/2012
Sara Augusta Pereira de Oliveira	05/06/2012	30/06/2012
Jonas da Conceição Silva	02/07/2012	08/12/2013
Celso Quim Filho	18/10/2012	29/10/2012
Elaine Neves de Oliveira	26/11/2012	15/12/2012
Alexandre Hiroshi Arakaki	17/06/2013	21/06/2013
Wilker André Vieira Lacerda	22/08/2013	25/08/2013
	30/08/2013	09/09/2013
Adriana Karla Diniz Gomes da Costa	01/02/2015	01/03/2015
Caroline Slongo Assad	23/02/2015	10/04/2015
Amarildo José Mazutti	22/04/2015	Até os dias atuais
4. QUADRO FUNCIONAL		
4.1 GABINETE Nome: Leandro Ávila Ramalho		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JUIZADO ESPECIAL
CRIMINAL AMBIENTAL DE MARABÁ



Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária – Assessor do Juízo Ato de nomeação: Portaria nº 107/2013 - GP
4.2 SECRETARIA: Nome: Alline Nazareth Raiol Sousa Pereira Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária - Diretor de Secretaria Ato de nomeação: Portaria nº 1.228/2006-GP Nome: Dymas Soares Almeida Cargo: Auxiliar Judiciário Ato de nomeação: Portaria nº 902/2011-GP Nome: Ana Elisa Braga Mendonça Cargo: Auxiliar Judiciário Ato de nomeação: Portaria nº 0135/2012-GP
4.3. OUTROS SETORES Nome: Roberto Gilson Pereira de Souza Cargo: Oficial de Justiça Ato de nomeação: Portaria 1.262/2006-GP Nome: Antonio Ederaldo Vieira de Souza Cargo: Oficial de Justiça Ato de nomeação: Portaria 1.308/2001-GP Obs: Não há estagiários e conciliadores na Vara.
5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA
5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dr. Josélia Leontina de Barros Lopes – desde 01/10/2008
5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular
5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Sim, com 8ª Promotoria de Justiça de Marabá.
5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dr. Rogério Siqueira Santos – desde 11/10/2013
5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular
5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Não
6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL
6.1 VEÍCULOS Prejudicado
6.1.1 FROTA: Prejudicado
6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? () Sim () Não Justificar: Prejudicado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JUIZADO ESPECIAL
CRIMINAL AMBIENTAL DE MARABÁ

6.2 INFORMÁTICA: Computadores: 06; Notebook: 02; Scanner: 03; Nobreak: 06.
6.2.1 ACESSO À INTERNET: (X) Bom ()Regular ()Ruim Justificar: Este Juizado conta com o apoio dos técnicos do Fórum da Comarca de Marabá para a solução de eventuais problemas que surgem.
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): 08 Tal quantidade é considerada suficiente? Sim
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: Sistema Libra.
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): jeambientemaraba@tjpa.jus.br Quem é responsável por verificar o e-mail da unidade? Todos os servidores Com que frequência? Diariamente.
4. SECRETARIA JUDICIAL
7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? (X) Bom ()Regular ()Ruim Justificar:
7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim ()Não Justificar:
7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim ()Não Justificar:
7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL? (X) Sim ()Não Justificar:
7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES? (X) Sim ()Não Justificar: Há necessidade de realização de treinamento básico em informática, considerando que nas atividades do dia a dia acontecem situações de simples resolução, que poderiam ser sanadas com um treinamento pelo pessoal de informática, gerando, assim, um desafogamento nos seus serviços. Da mesma forma, há necessidade de constante aperfeiçoamento funcional no que tange às diversas áreas do Direito, afetas às atividades das Unidades Judiciárias.
7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA? (X) Sim ()Não Justificar: Para quando está a pauta de audiência? 01/06/2017



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JUIZADO ESPECIAL
CRIMINAL AMBIENTAL DE MARABÁ



Em quais dias da semana são realizadas audiências? Segunda a sexta
Quantas audiências são realizadas por dia, em média? De 03 a 08, dependendo da necessidade de agendamento.
Os motivos da não realização/ remarcação de audiência são inseridos no Sistema Libra? Não

7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?

() Sim (X) Não

Justificar:

7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA?
Diariamente, desde que haja despacho/decisão a ser publicada.

8 QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICCIONAL

8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA

TOTAL GERAL 2015:

Despacho: 101

Decisão Interlocutória: 07

Sentença: 09

TOTAL GERAL 2016:

Despacho: 145

Decisão Interlocutória: 63

Sentença: 74

TOTAL GERAL 2017:

Despacho: 79

Decisão Interlocutória: 09

Sentença: 15

8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FÍSICA

QUANTIDADE

CIVEIS

CÍVEIS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)

-

CÍVEIS – META 4/2017-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014

-

AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL

-

CÍVEIS – META 6/2017 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014)

-

AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

-

RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)

-

CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DA META)

CRIMINAIS

PENAS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)

21

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

-

PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI

-

TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)

-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JUIZADO ESPECIAL
CRIMINAL AMBIENTAL DE MARABÁ

EXECUÇÃO PENAL	-
PENAS (EXCLUÍDOS OS DA META)	94
INFÂNCIA E JUVENTUDE	
ATO INFRACIONAL	-
SITUAÇÃO DE RISCO	-
TUTELA	-
GUARDA	-
ADOÇÃO	-
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	-
CARTAS PRECATÓRIAS	
PRECATÓRIAS CÍVEIS	-
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	02
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	-
	-
TOTAL – QUANTIDADE IDÊNTICA À CONTAGEM FÍSICA	117
Feitos com Tramitação Externa	09
Contagem Física + Tramitação externa	126
ACERVO LIBRA	Acervo total: 136 Acervo ativo: 106

9 INDICADORES GERAIS

9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET:

(X) Sim () Não

Justificar:

9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2017-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)

ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2014	70	33
2015	66	54
2016	02	10

9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:

(X) Sim () Não

Justificar:

Idoso e Deficiente físico: utilização de carimbo na capa do processo.

9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:

(1) INICIAIS;

(5) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ

(-) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;

(2) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS;

(3) IDOSO;

(-) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;

(-) AÇÕES DE ALIMENTOS;

(-) RÉU PRESO;

(-) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;

(-) ALVARÁ DE SOLTURA;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JUIZADO ESPECIAL
CRIMINAL AMBIENTAL DE MARABÁ



(4) POR ORDEM CRONOLÓGICA (-) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO; (-) OUTRO		
OBSERVAÇÕES:		
9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ		
SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	x	
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS		x
BACENJUD		x
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		x
INFOJUD		x
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES		x
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIIS		x
INFOSEG		x
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI		x
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO		x
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA		x
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA		x
BNMP (Resolução 137 do CNJ)		x
9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE? () Sim () Não Justificar: Prejudicado		
10 INDICADORES CÍVEIS		
10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011): Prejudicado		
10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: Prejudicado		
10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015 AS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012): Prejudicado		
10.4 CONCESSÃO, INDEFERIMENTO OU NÃO APRECIÇÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA: Prejudicado		
11. INDICADORES CRIMINAIS		
11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2017, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013): Prejudicado		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JUIZADO ESPECIAL
CRIMINAL AMBIENTAL DE MARABÁ

11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: Prejudicado
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: Prejudicado
11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: () Sim () Não Justificar: Prejudicado
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: () Sim () Não Justificar: Prejudicado
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009): Prejudicado
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: Prejudicado
12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: Prejudicado
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: Prejudicado
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: Prejudicado
12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: Prejudicado
12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: () Sim () Não Justificar: Prejudicado
12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? Prejudicado
12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES? Prejudicado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JUIZADO ESPECIAL
CRIMINAL AMBIENTAL DE MARABÁ



12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? Prejudicado
13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL
13.1 EXISTEM PROCESSOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUÍZO SENTENCIANTE? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? Prejudicado
13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? Prejudicado
13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? Prejudicado
13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? Prejudicado
14 PRECATÓRIAS
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO Prejudicado
14.2 TOTAL DE CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS E AINDA NÃO DEVOLVIDAS: 02
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: Prejudicado
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
15 INQUÉRITOS POLICIAIS
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 00
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 00
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: 00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JUIZADO ESPECIAL
CRIMINAL AMBIENTAL DE MARABÁ

16 PETIÇÕES:		
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 00		
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 00		
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 00		
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 03 Obs: No Sistema Libra constam 93 petições pendentes de juntada.		
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 03		
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 16		
17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA		
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 00		
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 00		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 00		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 00		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 12		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
Em consulta ao Sistema Libra, verificou-se que os mandados de nº 2016.02320833-27, 2016.02320835-21 e 2016.02320834-24, apesar de terem sido tramitados a Central de Mandados, até o presente momento não constam informações acerca da distribuição dos mencionados expedientes ou mesmo da sua devolução a Secretaria de origem.		
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: O controle não é realizado porque os Oficiais sempre devolvem os mandados em dia.		
Observação CJCI: Ausente realização de controle/cobrança de devolução dos mandados de nº 2016.02320833-27, 2016.02320835-21 e 2016.02320834-24, que estão tramitados a Central de Mandados desde 13/06/2016.		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	05	14/12/2010
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	04	25/04/2017
17.7.3 ADVOGADO	-	-
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? () Sim (X) Não		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JUIZADO ESPECIAL
CRIMINAL AMBIENTAL DE MARABÁ



Justificar: O controle é feito por verificação no sistema Libra. Já a cobrança do MP/Defensoria Pública é realizada através de ofício; em sendo advogado via Diário de Justiça Eletrônico, através de ato ordinatório.

Observações CJCI: Os processos de nº 0006234-98.2010.8.14.0028 e 0006334-83.2010.8.14.0028 encontram-se com vistas ao MP desde 14/12/2010.

18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)

18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ?

() Sim () Não

Justificar: Prejudicado

18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS?

() Sim (X) Não

Justificar:

Considerações CJCI: Só existe um bem apreendido e a Secretaria da Vara não sabe onde o mesmo se localiza, mas supõe encontrar-se no setor de arquivo da Comarca.

18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS?

(X) Sim () Não

Justificar:

18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:

BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
-----	----------	-----------------

Relatório em Anexo

18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO?

() Sim () Não

Justificar: Prejudicado

18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)?

() Sim () Não

Justificar: Prejudicado

19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE?

() Sim (X) Não

19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ?

(X) Sim () Não

Justificar:

19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS?

() Sim (X) Não